



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

**O LUGAR DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NAS GRAMÁTICAS
TRADICIONAIS E MODERNAS:
UM ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO-CONTRASTIVO**

JÉSSICA SILVA BORGES

BRASÍLIA

2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, LINGUAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS- LIP

**O LUGAR DA VARIÇÃO LINGUÍSTICA NAS GRAMÁTICAS
TRADICIONAIS E MODERNAS:
UM ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO-CONTRASTIVO**

JÉSSICA SILVA BORGES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do grau de LICENCIADO EM LETRAS.

ORIENTADOR: Professora Doutora Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues

BRASÍLIA, 2012

*Dedico este trabalho aos meus pais
que sempre me apoiaram,
cada um a sua maneira.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde para seguir essa jornada.

À professora Uli que, mesmo entendendo todos os percalços da vida, me fez continuar produzindo com seu jeito doce e sutil de me cobrar.

Aos meus pais e à minha irmã. Principalmente à minha mãe que, mesmo afirmando detestar minha área de estudo, teve uma paciência sem fim para me escutar falando incansavelmente da minha pesquisa.

Aos meus amigos e colegas pela ajuda, direta ou indireta, e pela compreensão sempre que eu falava “tenho que fazer meu TCC”.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	7
II. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	8
2.1. REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.2. CONCEITOS ELEMENTARES	11
III. METODOLOGIA	15
IV. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	18
4.1. PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA.....	18
4.2. DESCRIÇÃO GRAMATICAL	25
4.2.1. GRAMÁTICAS NORMATIVAS	25
4.2.2. GRAMÁTICAS DESCRITIVAS.....	32
4.2.3. GRAMÁTICA PROPOSITIVA	38
4.3. PERSPECTIVA GRAMATICAL E COTEJO.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
BIBLIOGRAFIA	45

RESUMO

O presente artigo trata da abordagem assumida pelas Gramáticas Normativas e Descritivas sobre os fenômenos da Concordância e Regência Verbal. O objetivo principal é observar como as Gramáticas Normativas e as Gramáticas Descritivas tratam os traços graduais da Concordância e da Regência Verbal, tendo os estudos sociolinguísticos como base para comparação entre essas duas tipologias de gramáticas. A metodologia empregada na coleta dos dados foi a da sociolinguística, na análise foi a interpretativista de base comparativa e o arcabouço teórico encontra-se na Sociolinguística Variacionista de Labov. Chegou-se a conclusão de que as variações linguísticas fazem parte da abordagem das Gramáticas Descritivas, enquanto nas Gramáticas Normativas as variações pouco aparecem e quando surgem é com ressalvas de caráter estilístico de uso exclusivo de escritores renomados sendo desaconselhável a reprodução desses usos pelo estudante de nível fundamental e médio. Como consequência dessa abordagem adotada pelas Gramáticas Normativas, tem-se o aspecto normativista do ensino de Gramática que não gera nenhum conhecimento sobre os processos morfossintáticos cognitivos da língua nem reflexões sobre as variedades linguísticas e suas aplicações nas mais diversas situações e contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Concordância verbal. Regência verbal. Gramática. Variação Linguística. Ensino.

I. INTRODUÇÃO

Os atuais estudos linguísticos mostram que todas as línguas humanas seguem regras e possuem estruturas gramaticais lógicas (cf. Bagno, 2009), pois os falantes são dotados de uma gramática internalizada que os auxilia no aprendizado de línguas. Devido a essa gramática e a forma como as línguas se alteram de acordo com os usos da sociedade é que se defende a concepção de línguas heterogêneas e variantes que mudam com o decorrer do tempo, seguindo padrões coerentes e valores sociais.

Como língua natural que é, o Português também sofre alterações graduais na medida em que os falantes mais prestigiados sócio, cultural e economicamente, os chamados falantes cultos, vão incorporando essas mudanças em suas falas e, posteriormente, em seus textos escritos (cf. Faraco, 1991). Essa variedade tida como culta está repleta de traços graduais aqueles que já não são mais vistos como “erros” por estarem nas falas de tais grupos, apesar das definições contidas nas Gramáticas Normativas.

Em sala de aula, mesmo com os diversos estudos atuais sobre a variação linguística e seu lugar no ensino da Língua Portuguesa, há poucas mudanças efetivas. Isso porque a sociedade brasileira, no geral, privilegia o ensino tradicional e mantém a forma preconceituosa com a qual o Português é tratado, perpetuando continuamente as concepções arcaicas das Gramáticas Normativas que, mesmo para o falante culto, não fazem mais sentido.

A partir da percepção de mudança gradual da língua, este estudo busca mostrar como as Gramáticas Normativas e as Gramáticas Descritivas tratam a variação linguística. E, para demonstrar como a variação está presente no português brasileiro atual, serão analisados, dentro dessas Gramáticas, os traços graduais de regência e concordância verbal, traços tão usuais dentro da fala popular, seja ela escolarizada ou não, que não são vistos mais como variação ou mesmo como “erro”.

A importância deste estudo se justifica pela pouca consciência que a população em geral tem de como funciona a variação linguística não estigmatizada, pois, ao falar em variação, geralmente as pessoas associam este termo ao falar específico do caipira e ignoram que a própria linguagem deles está impregnada de traços variacionais que a Gramática Normativa, aparentemente, desconsidera. A ideologia por trás do “falar o português correto”, várias vezes faz os falantes menos escolarizados cometerem pequenos deslizes, denominados de hipercorreção, para evitar a utilização de formas linguísticas estigmatizadas pela sociedade (cf. Carvalho, 2012).

Tomando como base essas colocações, o objetivo geral deste estudo consiste em observar como a Gramática Normativa e a Gramática Descritiva tratam os traços graduais dentro dos fenômenos da Concordância Verbal e da Regência Verbal, tendo os estudos sociolinguísticos como base para comparação entre essas duas tipologias de gramáticas. Os objetivos específicos, por sua vez, são:

1. Conceituar o termo “gramática” e classificar os manuais gramaticais;
2. Definir variação linguística e caracterizar os traços graduais atuais no Português Brasileiro;
3. Discorrer sobre dois traços graduais morfossintáticos específicos dentro das Gramáticas Normativas e Descritivas: a regência e a concordância verbal;
4. Refletir sobre como o tipo de gramática escolhido para orientar professores e estudantes pode influenciar o ensino da Língua Portuguesa.

Tendo em mente esses objetivos, estabelece-se como hipótese que, se a Gramática Normativa não favorece o aprendizado da norma culta nem da norma padrão, a Gramática Descritiva seria mais adequada para o ensino da Língua Portuguesa. Assim, busca-se responder a seguinte pergunta-chave: como é tratada a variação linguística dentro dos manuais de gramática e de que forma este tratamento pode influenciar o ensino da Língua Portuguesa no Brasil?

II. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste estudo que versa sobre a posição assumida pelas Gramáticas Normativas e Gerativas em relação aos conteúdos de Variação Linguística, pretende-se, primeiramente, elaborar uma breve revisão de literatura com todos os textos consultados e os usados efetivamente na pesquisa e que serviram de base, assim como outros estudos que versam sobre temas relevantes para esta pesquisa (2.1). Em seguida, explicam-se os conceitos fundamentais para o entendimento do tema trabalhado (2.2).

2.1. REVISÃO DE LITERATURA

Para embasar o presente estudo, foram consultados vários textos que tratassem sobre linguística histórica, conceitos de gramática, variação linguística, mudança, preconceito, prestígio e ensino de gramática bem como os fenômenos de Regência e Concordância Verbal aqui tratados. Dessa forma, foram consultados autores como Bagno (2009), Castilho (2004), Perini (2004), Bechara (2008), entre outros devido à relevância dos trabalhos desses autores

para a realização deste estudo, bem como para o ensino de Língua Portuguesa no Brasil, tema que, desde o final do século XX, tem sido fonte de muitos debates e discussões.

No período pós-guerra, a tendência mundial foi de valorizar a linguagem oral e espontânea, mas “o privilegiamento da oralidade estimulou o desprestígio da tradição escrita culta” (Bechara, 2006, p. 6). No Brasil, essa tendência acabou por distanciar as duas modalidades Língua Portuguesa a ponto de, hoje em dia, ter-se a ideia de que “português é muito difícil”.

Buscando uma mudança de mentalidade linguística, em 1998, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, sobre o ensino da Língua Portuguesa, determinam um ensino reflexivo da língua e da linguagem, assim como das modalidades oral e escrita. Nesse sentido, “é inegável que a escola precisa trabalhar com gramática (i) contemplando o funcionamento de recursos linguísticos em diferentes níveis [...] (ii) e propiciando condições para que o aluno tenha acesso à norma culta” (Gorski e Coelho, 2009, p. 83).

Aqui, ressalta-se que o papel do professor de Português não é ensinar ao aluno uma língua que ele já sabe, mas mostrar que há outras formas de se usar a mesma língua e não há uma variedade melhor ou pior em termos linguísticos estruturais e, sim, há uma variedade de maior prestígio sociocultural e econômico. A escola não deve tentar substituir o vernáculo do aluno pela norma culta, porém deve desenvolver sua competência linguística, ou seja, capacitá-lo para escolher qual variedade é mais adequada a cada contexto de fala e escrita (cf. Bortoni-Ricardo, 2004; Bechara, 2006; Bagno, 2009; Gorski e Coelho, 2009).

A percepção de que “as gramáticas normativas atuais são herança de uma tradição clássica greco-romana” (Gorski e Coelho, 2009, p. 74) juntamente com o fato de que, durante a Era Medieval e mais além, não se tinha uma forma padrão de escrita da Língua Portuguesa (por exemplo, a utilização dos sons nasais ora eram grafadas por *n* ora por *til* (~)) mostram como o surgimento de uma Gramática Normativa foi um passo importante. Entende-se que o processo de unificação da escrita ocorreu não só devido a fatores linguísticos, mas também devido a fatores extralinguísticos como o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação que ocorreu durante o século XX (cf. Basso e Ilari, 2009).

Os primeiros manuais de gramática de Língua Portuguesa datam do século XVI, mas o objetivo dessas Gramáticas visava à preparação para os estudos de latim, um requisito que os filhos dos nobres deviam ter. O problema é que essa mentalidade dura até os dias de hoje, pois, culturalmente, pensa-se “na gramática como um conhecimento capaz de distinguir as

pessoas bem criadas” (Basso e Ilari, 2009, p. 206). Dessa forma, até hoje, as gramáticas de cunho predominantemente normativas são tidas “como um repositório de regras de bem escrever e falar” (Coelho e Gorski, 2009, p. 74).

A abordagem dada ao ensino da língua ao longo dos tempos deu base ao surgimento e desenvolvimento de vários conceitos elementares que serão abordados a seguir, a exemplo do conceito de gramática, norma, mudança, variação linguística, traços graduais e descontínuos e outros considerados relevantes para o alcance dos objetivos aqui propostos. Com isso, este estudo descreverá como as Gramáticas Normativas e Descritivas trabalham os traços linguísticos graduais analisando dois aspectos específicos morfossintáticos: a concordância e a regência verbal.

Em geral, as Gramáticas Normativas definem Concordância Verbal como “a que se verifica em número e pessoa entre sujeito (e às vezes o *predicativo*) e o verbo da oração” (Bechara, 2009, p. 543). A partir de tal conceito, tem-se uma lista de tipos de concordância para casos em que a simplicidade dessa regra não se aplica. Da mesma forma, tem-se um conceito padrão para determinar o que seria Regência: “é o modo pelo qual um termo rege outro que o complementa” (Cegalla, 2010, p. 483). Assim, entende-se a Regência Verbal como a relação de dependência existente entre o verbo e o complemento verbal que, no caso dos verbos transitivos indiretos, vem precedido por preposição. A partir disso, as Gramáticas Normativas trazem uma série de verbos e determinam a transitividade desses para cada valor semântico existente.

Em contrapartida, a sociolinguística busca descrever o vernáculo corrente atual da Língua Portuguesa e com isso observa construções totalmente contrárias às regras das Gramáticas Normativas. Há casos de Concordância Verbal, onde há a “queda do –s final das formas verbais de 1ª pessoa do plural (nós): vamo lá!” (Bagno, 2009, p. 149), que são mais estigmatizados e outros que são menos como “a concordância em construções passivas sintéticas” (Bizzocchi, 2001, p. 32), a exemplo de “vendem-se casas”. E alguns casos de Regência Verbal como “assistir” e “obedecer” “são usados, na melhor imprensa, como transitivo indireto, inclusive com direito a voz passiva” (Bizzocchi, 2001, p. 32). Mas esses “erros comuns” cometidos pelos falantes do Brasil tem mais mudança e variação do que erro propriamente dito.

Por isso, deve-se entender que os manuais gramaticais são livros e adotam uma determinada perspectiva da língua, onde esta será trabalhada de forma mais descritiva ou mais normativa com base na modalidade escrita ou na oralidade. Em geral, o foco maior dos

compêndios gramaticais é a escrita por ser mais estável e menos suscetível a mudança. Porém, deve-se lembrar de que “as gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca são apolíticas, portanto” como Antunes (2009, p. 33) ressalta muito bem, pois esses livros são produções humanas passivas de erros e ligadas a ideologias. Um bom exemplo disso é a primeira Gramática da Língua Portuguesa de Fernão de Oliveira que, nas palavras de Perini (2004, p. 109), revela um “nacionalismo bastante exacerbado”.

Assim, tendo como base a visão atual sobre o ensino de gramática, a problemática envolvendo os conceitos de Regência e Concordância Verbal e a concepção dos manuais de Gramática enquanto livros repletos de ideologias, seguem-se os conceitos fundamentais para o entendimento deste estudo.

2.2. CONCEITOS ELEMENTARES

Ao falar do ensino da Língua Portuguesa, é muito comum ouvir frases como “eu não sei Português” ou “Português é muito difícil”. Isso ocorre porque se tem uma concepção intrínseca e arcaica de que a Língua Portuguesa se resume a uma gramática que “ninguém” entende. Mas o que seria essa gramática? Antunes (2009) trata muito bem das diversas acepções desse vocábulo.

O termo “gramática” pode ser usado para se referir às regras de uso de uma língua, essa seria a “gramática interiorizada” a qual todo falante possui, e é formada, principalmente, pelas estruturas linguísticas imutáveis, como a colocação de artigos antes e não após os substantivos. Mas “gramática” pode fazer referência também às regras de uma norma como a norma culta da Língua Portuguesa que “contempla apenas aqueles usos considerados aceitáveis na ótica da língua prestigiada socialmente” (Antunes, 2009, p. 30). O mesmo vocábulo pode ser usado, ainda, para tratar das diversas abordagens científicas sobre a linguagem (a exemplo de “gramática gerativa” ou “gramática funcionalista”) ou a disciplina estudada nas escolas. E, principalmente, o termo pode aludir aos manuais de gramática.

Em contrapartida, Possenti (2000) define o termo “gramática” como “conjunto de regras”, mas ressalta que, apesar de permitir as interpretações necessárias, essa concepção não é clara. Com base nessa acepção, Possenti (2000, p.64) define três tipos de gramática, sendo que “(1) conjunto de regras *que devem ser seguidas*” e “(2) conjunto de regras *que são seguidas*” são relacionadas ao comportamento oral e escrito dos falantes de uma determinada comunidade linguística, enquanto “(3) conjunto de regras *que o falante da língua domina*”. O

autor (idem) faz referência a hipóteses embasadas por aspectos da realidade mental desses falantes.

Observa-se que essa concepção de Possenti (2000) sobre a gramática define em grande parte os manuais de Gramática, exceto a terceira acepção que trata da gramática internalizada pelos falantes. Isso porque as Gramáticas Normativas seguem a ideologia de impor regras que “devem ser seguidas”. E é essa ideologia que Bagno denomina de Gramática Tradicional por ser “a ‘alma’ de um corpo chamado *gramática normativa*” (2000, p. 15). Já as Gramáticas Descritivas, por descreverem o vernáculo corrente, trazem as regras “que são seguidas”, regras definidas por serem de uso comum.

Dessa forma, tendo como base as definições apresentadas, neste estudo o termo “gramática” será utilizado para referir-se aos manuais sendo que serão analisados dois tipos: os descritivos e os normativos. As gramáticas descritivas buscam observar os fenômenos linguísticos correntes e apenas registrá-los; enquanto as normativas procuram “estabelecer como a linguagem deve ser” (Basso e Ilari, 2009, p. 206), em geral, com base nos textos dos grandes escritores da literatura.

Assim, tendo-se como base a ideia de que as Gramáticas Normativas trabalham a linguagem buscando a fixação de uma norma padrão, questiona-se aqui o sentido desse vocábulo “norma”. No Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, tem-se duas acepções para essa palavra dentro da linguística:

4 Rubrica: linguística, gramática

conjunto dos preceitos estabelecidos na seleção do que deve ou não ser usado numa certa língua, levando em conta fatores linguísticos e não linguísticos, como tradição e valores socioculturais (prestígio, elegância, estética etc.)

5 Rubrica: linguística

tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais.

No sentido da quinta acepção dada pelo Dicionário Houaiss, Faraco (2008, p.36) define norma com base na concepção estruturalista de Saussure, como sendo “cada um dos diferentes modos sociais de realizar os grandes esquemas de relações do sistema”. Dito de outro modo, dentro de uma língua se tem vários modos de se utilizar as estruturas linguísticas para se pronunciar um enunciado que seguirá uma lógica de organização própria e esta lógica seria uma norma por ser composta de fenômenos linguísticos “que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala” (Faraco, 2008, p. 37). Logo, percebe-se que o

falante de uma língua domina mais de uma norma e uma dessas normas pode e deve ser a norma culta.

Assim, Marcos Bagno (2009, p. 104) chama a atenção para os conceitos de “norma padrão” com “norma culta”; pois esta seria “o uso real da língua por parte dos falantes privilegiados da sociedade urbana”, ou seja, a linguagem real utilizada pelos falantes escolarizados e prestigiados socialmente, e aquela, conforme a quarta acepção do Dicionário Houaiss, “o modelo idealizado de língua “certa” cristalizado nas gramáticas normativas”, ou, como Basso e Ilari (2009, p. 223) definiram, “o português utópico dos gramáticos”.

Essas concepções remetem a ideia de que há uma ligação entre língua e poder, pois a linguagem é utilizada para que se adquira valor social. Pois, como Gnerre (1998, p. 6) afirma, “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes” e é por isso que quem está no poder define como deve ser a norma culta e esta define quem está no poder. Neste sentido, tem-se como exemplo os argumentos apresentados por Faraco (1991, p. 16) ao falar do processo de mudança dentro da língua:

“[...] a primeira reação dos falantes – em especial dos grupos socioeconômicos mais altos e que normalmente não são iniciadores de processos de mudança – às formas inovadoras é negativa. Eles as tacham de “erradas”, “incorretas”, “impróprias”, “feias”. [...] Trata-se, na verdade de juízos de valores que nada têm a ver com a forma em si [...]”

De fato, a maioria dos falantes ignora os processos de mudança da língua e, por isso, não enxergam esse fenômeno como corrente e natural, até porque esses processos, os quais geram as mais diversificadas formas de variação linguística, são ignorados pelas Gramáticas Normativas que se justificam utilizando recortes literários, principalmente, de autores portugueses.

Aqui, ressalta-se que, apesar das mudanças frequentes na língua falada, essas mudanças não devem ser perpassadas de imediatos para a norma culta, pois muitas delas não permanecem no vernáculo popular. Mas há aquelas que atingem não só os grupos menos escolarizados como também os de maior prestígio, e estas deveriam ser normatizadas nas gramáticas em um espaço de tempo mais adequado. Pois, como argumenta Faraco (1991, p. 17), “a mudança linguística está envolvida por um complexo jogo de valores sociais que podem bloquear, retardar ou acelerar sua expansão de uma para outra variedade da língua.”

Com isso, nota-se que a linguagem dos falantes menos escolarizados torna-se estigmatizada e rotulada como “errada” dentro dos preceitos gramaticais já enraizados no

contexto social e cultural brasileiro. A origem dessas concepções de certo ou errado existentes na Língua Portuguesa está na ideia inculcada pela Gramática Normativa de que a língua é homogênea e estável quando, na verdade, ela é o oposto: “heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e construção” (Bagno, 2009, p. 36).

Dessa forma, a variedade linguística está presente na fala do dia-a-dia, só que nem sempre ela é notada, pois a cultura do “erro” entende a variação linguística principalmente como a fala do caipira, quando todos falam uma determinada variedade mais prestigiada ou mais estigmatizada dependendo de fatores extralinguísticos de ordem geográfica, socioeconômica, escolarização, gênero, mercado de trabalho e redes sociais (cf. Bagno, 2009). Esses fatores extralinguísticos influenciam diretamente os fatores variacionais linguísticos de caráter fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico-pragmático (cf. Bagno, 2009).

Como consequência desse processo de variação linguística, há traços linguísticos que caracterizam o vernáculo popular estigmatizado, conhecidos como traços descontínuos. Ao falar do contínuo de urbanização, Bortoni-Ricardo (2004, p. 53) explica que algumas formas linguísticas são típicas “dos falares situados no polo rural e que vão desaparecendo à medida que nos aproximamos do polo urbano” e essas formas seriam os traços descontínuos por não continuarem na fala de outras regiões urbanizadas. É por essa característica de fala rural que esses fenômenos “sofrem a maior carga de discriminação e preconceito” (Bagno, 2009, p. 143). A título de exemplificação, tem-se o vocábulo “inté” que “é uma forma arcaica da preposição *até*” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 54) e aparece na fala rural estigmatizada tendo, praticamente, desaparecido da fala urbana culta, assim como vários outros arcaísmos.

Em oposição aos traços descontínuos, há aqueles traços que “ao contrário dos outros, têm uma distribuição gradual” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 53) e fazem parte do vernáculo brasileiro geral: são os traços graduais que aparecem na fala e, em alguns casos, até na escrita dos falantes – inclusive nos da norma urbana culta ou variedade prestigiada. Como exemplo, Bortoni-Ricardo (2004) traz a forma “ocê” do vocábulo “você” que é uma derivação do pronome de tratamento “Vossa Mercê” e diz que “as formas ‘ocê’ e ‘cê’ são muito usadas em estilos não monitorados por todos os brasileiros”. Sobre o mesmo vocábulo, Bizzochi (2011) defende a atualização da classificação de “você” que as Gramáticas Normativas tratam como pronome de tratamento quando, no uso geral, aparece como pronome pessoal.

Diante desses conceitos teóricos, a realização do estudo, aqui, proposto deve ser desenvolvido a partir de uma metodologia de cunho sociolinguístico, descrevendo-se de que

forma os fenômenos linguísticos variacionais de Regência e Concordância Verbal serão analisados para que se alcance o objetivo de compreender como tais fenômenos são trabalhados no contexto das gramáticas normativas e descritivas.

III. METODOLOGIA

A ciência Linguística inicia-se tendo como base as dicotomias saussurianas, dentre elas, a oposição entre língua e fala serviu para que Saussure definisse a língua como objeto de estudo da Linguística. Para Saussure, a língua é uma forma homogênea e invariável da linguagem, enquanto a fala seria variável e mutante por ser uma linguagem prática do cotidiano. As influências sociais e culturais que atingem diretamente o momento de produção tornam a fala passiva de variações as quais, segundo os primeiros pensadores da linguagem, não teriam como ser sistematizadas. Por isso, essas variações foram consideradas pela Linguística um “caos linguístico”.

Em contrapartida, a Sociolinguística definiu os usos reais da língua, principalmente o vernáculo que se apresenta dentro de um contexto social, como seu objeto de estudo. Isso porque essa corrente teórica acredita que “a variação e a mudança são inerentes às línguas” e defende que a variação não deve ser vista como “um efeito do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos e por fatores extralinguísticos de vários tipos” (Votre, 2008, p. 141).

Assim, considerando a forma como a Sociolinguística entende o conceito de língua, este estudo desenvolve-se dentro do arcabouço teórico da Sociolinguística, pois se busca, aqui, lançar um olhar longitudinal nos diferentes tipos de Gramática e como essas trabalham as variações linguísticas existentes dentro dos fenômenos de Regência e Concordância Verbal. Para isso, será utilizada, de maneira mista, a Teoria da Variação de Labov já que este estudo se desenvolverá utilizando tanto aspectos da Sociolinguística quantitativa, quanto da qualitativa. Porém, os dados quantitativos servirão apenas de suporte quantitativo, visto que será desenvolvido um trabalho de análise comparativa das Gramáticas mais de cunho interpretativo.

Dessa forma, conforme Tarallo (1994, p. 5), a pesquisa sociolinguística busca, principalmente, sistematizar o “caos linguístico” que “se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa” onde uma dessas maneiras irá prevalecer fazendo com que uma língua progrida, se atualizando e mudando

constantemente. Mas também, a Sociolinguística tenta justificar essas mudanças e variações com base na relação óbvia existente entre língua e sociedade, pois cada situação de fala, enquanto processo comunicativo, exige do falante domínio sobre a língua visto que o grupo irá avaliá-lo com base na forma como ele se expressa.

Assim, tem-se a pesquisa sociolinguística com foco na sistematização de variantes por meio de dados quantitativos obtidos da observação, identificação e descrição dessas variantes que, posteriormente, são analisadas socialmente e/ou historicamente. Aqui, define-se “variantes linguísticas” como as “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (Tarallo, 1994, p. 8).

Dessa forma, uma variável linguística é composta por um conjunto de variantes. A título de exemplificação, observa-se a variável “concordância nominal” que pode apresentar três variantes (cf. Tarallo, 1994):

1ª) as meninas bonitas

2º) as meninas bonita

3º) as meninas bonitas

Dentro de um mesmo contexto, as três variantes possuem o mesmo valor de verdade. Porém, em um contexto social específico no qual o falante está inserido ditará qual forma é mais prestigiada ou estigmatizada. As pesquisas sociolinguísticas apontam que os falantes escolarizados utilizam mais a primeira variante (com marca de plural em todas as palavras) por esta ser a variante padrão: ser prestigiada socialmente e, também, a regra determinada pelas Gramáticas Normativas. Mas, o mesmo falante escolarizado, em um contexto informal, pode também utilizar a terceira variante (com marca de plural apenas no artigo) ao conversar com parentes sem escolaridade, por exemplo.

Dessa forma, em uma pesquisa sociolinguística, a análise das variantes pode apontar uma coexistência estável entre os fenômenos, caracterizando assim um processo de variação; ou uma competição entre as formas com a predominância de uso de uma ou outra, tendo assim uma “mudança em curso” (cf. Votre, 2008). Porém, observa-se que os processos de variação e mudança não ocorrem isoladamente, pois para se ter uma mudança linguística, primeiramente, “é necessário um período de variação entre formas” (Votre, 2008, p. 151) e, posteriormente, “a interferência de fatores sociais, refletindo as lutas pelo poder, o prestígio entre classes, sexos e gerações” (Votre, 2008, pp. 150-151).

Os primeiros estudos sociolinguísticos foram desenvolvidos por William Labov em 1960 e tratavam das formas como o fonema /r/ era pronunciado na cidade de Nova Iorque (cf.

Tarallo, 1994). Labov desenvolveu uma pesquisa que foi denominada de Sociolinguística Quantitativa, pois ele registrou sistematicamente as formas de pronúncia por cidadãos, dividindo os falantes em gênero, classes e faixas etárias e quantificou o número de ocorrências de cada variante dentro desses grupos de falantes. Posteriormente, Labov comparou os grupos com base nos números coletados e justificou a predominância da utilização de uma forma sobre a outra por meio das influências extralinguísticas. Assim, ele demonstrou a relação entre língua e sociedade com base linguística de uma forma que até então ninguém tinha feito.

Com isso, apesar de a maioria das pesquisas sociolinguísticas serem de cunho predominantemente quantitativo, o estudo aqui desenvolvido possui cunho qualitativo-interpretativista, pois exige a participação do pesquisador em todo o processo e não se prende a descrição quantitativa já que aborda variantes em processo de mudança linguística e não dados estatísticos que buscam identificar as relações de causa e consequência entre os fenômenos. Nesse sentido, adota-se a concepção apresentada por Bornoti-Ricardo (2008, p. 34), pois “a pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto”.

A pesquisa caracteriza-se ainda como bibliográfica e documental. Enquanto bibliográfica, esta aborda concepções teóricas e defendidas por pesquisadores da sociolinguística, a exemplo de Faraco (1991, 2008), Bagno (2009), Basso & Ilari (2009), entre outros. E, considerando-se a definição de Pimentel (2001), o estudo será realizado por meio da análise de documentos, os manuais de Gramática, e serão descritos “os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo” assim como “a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise” (Pimentel, 2001, p. 179). Dessa forma, serão analisadas Gramáticas Normativas e Descritivas para compor a análise de dados.

Para alcançar os objetivos propostos, foram observadas as intenções dos autores e para qual público-alvo seus manuais foram escritos. Dessa forma, pela abordagem assumida e pela autodefinição dos próprios autores, foram coletados dados nas Gramáticas Normativas de Bechara (2009), Cegalla (2000), Cunha e Cintra (2008), Said Ali (1964) e Rocha Lima (1992); nas Gramáticas Descritivas de Castilho (2010), Moura Neves (2000) e Perini (2000, 2010); e na Gramática Propositiva de Bagno (2011) que, por possuir cunho descritivo, em sentido macro, será entendida como uma Gramática Descritiva. A escolha desses documentos se deu com base na popularidade dos autores citados, que têm sido considerados entre os mais indicados para o estudo de Gramática.

Como as Gramáticas apresentam conteúdos muito amplos, para restringir a análise, foram escolhidos os fenômenos de Concordância e Regência Verbal, pois esses fenômenos envolvem aspectos morfossintáticos que influenciam a formação de enunciados e que, por apresentarem uma estreita relação com os aspectos semânticos, de maneira inconsciente, fazem parte do conhecimento linguístico de todo falante. Além disso, tais fenômenos são constantemente foco de críticas por apresentarem variantes estigmatizadas perceptíveis na fala quando outras não estigmatizadas passam imperceptíveis na escrita.

Assim, após a leitura e fichamento dos teóricos que fundamentaram a pesquisa, foram lidas e comparadas entre si as Gramáticas Normativas e Descritivas com foco nos tópicos referentes à Regência e Concordância Verbal. Para uma melhor organização desse estudo, primeiro são apresentadas as análises das Gramáticas Normativas, posteriormente, a análise das Gramáticas Descritivas e, por fim, um estudo comparativo entre ambas, objetivando verificar a questão da variação linguística nesses documentos.

IV. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Buscando um melhor aproveitando da análise que se segue, primeiramente será apresentada a perspectiva sociolinguística (4.1) dos fenômenos de Concordância e Regência Verbal. Em seguida, será descrito a forma como as Gramáticas Normativas, Descritivas e Propositiva trabalham tais fenômenos (4.2) para, então, comparar as abordagens assumidas por essas gramáticas e avaliar como essas perspectivas se relacionam com o ensino da Língua Portuguesa (4.3).

4.1. PERSPECTIVA SOCIOLINGÜÍSTICA

a) Concordância Verbal

Já há algum tempo, os estudiosos da língua vêm percebendo mudanças que influenciam as concepções de Concordância Verbal. Como os trabalhos desenvolvidos dentro da sociolinguística demonstram, um dos paradigmas que está em processo de mudança e que afeta diretamente a Concordância Verbal é a substituição dos pronomes *tu* e *vós* pelas formas *você* e *vocês*, principalmente no Português Brasileiro¹. A respeito dessa temática, Lucchesi (2006, p. 95) traz um quadro exemplificativo onde se pode comparar a norma padrão de cunho prescritivo, o uso no Brasil e uso em Portugal:

¹ No quadro 1, o Português Brasileiro é representado pela sigla PB sendo a sigla PE referente ao Português Europeu.

QUADRO 1

A perda das marcas de 2ª pessoa na morfologia verbal decorrente de mudanças na pauta dos pronomes pessoais no português brasileiro

Norma Padrão	PE	PB
eu trabalho tu trabalhas	eu trabalho tu trabalhas/ você trabalha	eu trabalho você trabalha
ele trabalha nós trabalhamos vós trabalhais eles trabalham	ele trabalha nós trabalhamos vocês trabalham eles trabalham	ele trabalha nós trabalhamos vocês trabalham eles trabalham

Outra mudança que pode ser notada quanto ao paradigma flexional de concordância com os pronomes no Português Brasileiro é a substituição do *nós* pela forma *a gente*, que vem eliminando as distinções de pessoas, pois “os morfemas verbais para a primeira pessoa só ocorrem em três tempos do indicativo” (Lucchesi, 2006, p.96). Assim, em alguns tempos verbais, a flexão de pessoa praticamente desaparece, permanecendo a mesma forma para todas as pessoas do discurso, mantendo-se apenas a flexão de número como se pode observar no quadro abaixo (Lucchesi, 2006, p.96):

QUADRO 2

A perda das marcas de pessoa na morfologia verbal no português brasileiro, com a substituição do *nós* pelo *a gente*

Presente	Pret. Imperf.
eu trabalho você trabalha ele trabalha a gente trabalha vocês trabalham eles trabalham	eu trabalhava você trabalhava ele trabalhava a gente trabalhava vocês trabalhavam eles trabalhavam

A respeito da flexão de número, em uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro com falantes do sexo masculino com pouca ou nenhuma escolarização, Vieira (*apud* Vieira, 2009) mostra como ocorre a concordância de 3ª pessoa do plural na variedade popular. Observou-se que, nessa variedade, há “alta produtividade do cancelamento da marca de número” (Vieira, 2009, p.89) que pode ser explicado, entre outros fatores linguísticos, pela saliência fônica entre as formas de singular e plural. Por exemplo, em casos onde a marca de plural fica a cargo de um morfema que pouco influencia na diferenciação da pronúncia entre singular e plural, essa marca de pluralidade tende a não ser expressa, como se observa nos verbos *come/comem*, *fala/falam* e *faz/fazem* que apresentam um grande percentual de não concordância (cf. Vieira, 2009).

Ainda no estudo de Vieira (*apud* Vieira, 2009), tem-se outras variáveis linguísticas que influenciam no processo de concordância como os paralelismos oracional e discursivo, nos quais se percebe a existência de uma lógica gramatical: se o falante não expressa as marcas de plural em todos os níveis do sintagma² nominal, o verbo também não aparecerá no plural; da mesma forma, se o falante expressa as marcas de plural, o verbo também será expresso no plural. A título de exemplificação, tem-se as sentenças: “*os peixe nada velozmente*” e “*os peixe pula, corre, nada sem parar*” (Vieira, 2009, p. 88), onde, na primeira oração, a não-concordância nominal entre o artigo e o nome leva a não-concordância verbal e, na segunda sentença, um verbo no singular puxa os outros também para o singular.

Já na variedade culta do Rio Janeiro, a pesquisa de Graciosa (*apud* Vieira, 2009) mostra que, mesmo entre falantes escolarizados, a Concordância Verbal ainda é muito produtiva, apesar de “extremamente controlada”. O estudo de Graciosa demonstrou que a preferência pela concordância ocorre em maior escala quando o núcleo do sintagma nominal do sujeito³ aparece anteposto e próximo ao verbo, seguindo a ordem *sujeito-verbo-objeto* (SVO).

Ainda sobre a posição do sujeito como fator influente na realização ou não da Concordância Verbal, Bagno (2009) mostra por meio de textos escritos em vários gêneros textuais, atuais e antigos, que já é de uso comum a não-concordância quando o sujeito aparece depois do verbo. Isso ocorre porque, na Língua Portuguesa, a ordem canônica dos elementos em um enunciado é SVO e o falante tende a assimilar intuitivamente qualquer elemento que venha depois do verbo como objeto. E esse fenômeno pode ser notado em produções escritas históricas, como se observa nos seguintes exemplos (Bagno, 2009, p. 111):

14) *Foi D. Duardos e Flérída* aposentados no aposento que tinha o seu nome (Francisco de Moraes, 1500-1572). [...]

16) Do mesmo pai *nasceu Isaac e Israel*, (Pe. Antônio Vieira, 1608-1697)

Em uma pesquisa sobre o valor semântico do sujeito como fator relevante para a ocorrência ou não da concordância, Scherre e Naro (1998) observaram o português moderno escrito em meios de comunicação de grande circulação por pessoas escolarizadas, predominantemente, de nível superior e demonstraram que o verbo tende a concordar mais com um sujeito [+humano]⁴ do que com um sujeito [-humano] tanto em estruturas

² Sintagma é uma unidade linguística que representa as relações sintáticas de dependência entre os termos.

³ Sintagma nominal do sujeito é todo o termo ao qual, tradicionalmente, se refere apenas como sujeito.

⁴ O traço [+humano] refere-se a sujeitos gramaticais representados por pessoas ou atividades relativas/executadas por pessoas.

sintagmáticas simples de sujeito, sem sintagmas preposicionados, quanto em estruturas mais complexas, com sintagmas preposicionados⁵. A título de exemplificação, Scherre e Naro (1998, p.49-50) trazem construções com sintagma preposicional onde o traço [+humano] mostra-se como um dos determinantes para concordância verbal:

(9) **Boa parte dos partos** não **OCORRE** em hospitais. (IstoÉ, 23/12/1993, Medicina, p.46, legenda)

(10) Mas acho que **boa parte de suas reflexões se ADAPTAM** aos impasses da imprensa brasileira. (Correio Braziliense, 25/12/1994 Imprensa, p.8, c.1, “Jornalistas, heróis e vilões”)[...]

(13) **A construção de mais três escolas ESTÃO** nos planos da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Diário de Pernambuco, 16/8/1992, p.B13, c.1, Cidades)

(14) **As mudanças bruscas do momento político PODE** provocar um aumento de patologias mentais (Jornal do Brasil, 2/4/1990, 1º Caderno, p.10, c.3.)

A Gramática Normativa, geralmente, prevê estruturas como as (9) e (10) por causa do sentido quantitativo do sujeito dizendo que ambas as construções são “aceitas”, mas dando preferência pela concordância do verbo com o núcleo singular do sintagma nominal; já as construções (13) e (14) são ignoradas quando não taxadas como “erradas”. Em contrapartida, “na língua escrita padrão, o controle da concordância pode ser assumido pelo núcleo do SPrep” (Scherre e Naro, 1998, p.50), apesar desse tipo de ocorrência ser raro tendo-se o núcleo do sujeito com traço [+humano].

Percebe-se, então, que mesmo na variedade culta, escrita ou falada, a Concordância Verbal pode aparecer de diversas formas concordando ou não com o sujeito, dependendo de fatores estruturais mais simples ou mais complexos. Sabe-se que as variantes linguísticas dependem de fatores linguísticos como a posição do sujeito que pode vir anterior ou posteriormente ao verbo, o distanciamento entre o núcleo do sujeito e o verbo, o paralelismo oracional e discursivo, o valor semântico mais ou menos humano do sujeito, a saliência fônica e a relação entre tempo verbal e estrutura morfossintática; assim como essas variantes são influenciadas por fatores extralinguísticos como localidade, sexo, faixa etária e escolaridade (cf. Vieira, 2009; Scherre e Naro, 1998).

b) Regência Verbal

Apesar dos poucos estudos sociolinguísticos existentes sobre o fenômeno macro da Regência Verbal, se tem, aqui, um pequeno recorte desse fenômeno. Isso porque, como

⁵ Os sintagmas preposicionados (SPrep) são as unidades que aparecem introduzidas por preposições.

ressalta Bagno (2009), “a grande e retumbante maioria das regências verbais não sofre variação”. Desse modo, o foco deste estudo está voltado para aquelas regências que são tradicionalmente chamadas de “problemáticas” por terem variação.

Sabe-se que a concepção geral de Regência Verbal refere-se à relação de dependência existente entre verbo e complemento verbal, de forma que este complete o sentido daquele, gerando uma unidade significativa. A ligação entre o verbo e seu complemento pode ser feita diretamente, sem o uso de preposição (nesse caso, diz-se que o verbo é *transitivo direto*), ou indiretamente, com o uso de preposição (em oposição ao primeiro caso, aqui se diz que o verbo é *transitivo indireto*). Assim, além de ligar o verbo ao seu complemento, a preposição “nos permite especificar, por exemplo, os sentidos do verbo *lutar* em construções como *lutar COM alguém* e *lutar POR alguém*” (Bagno, 2009, p. 66).

Entretanto, essa relação de dependência entre verbo e complemento verbal muda com o tempo, pois “os falantes passam a interpretar de forma nova o significado dos verbos, atribuindo a eles novos sentidos” (Bagno, 2009, p. 67). Dessa forma, verbos que eram *transitivos diretos* (com preposição) passaram a ser usado como *transitivos indiretos* (sem preposição), e vice-versa. Além dessa variação na transitividade dos verbos, ocorre também uma variação no uso da preposição. Essas variações podem ser exemplificadas pelo quadro abaixo:

Variação	Verbo	Norma	Uso
de VTI para VTD	<i>assistir</i> ⁶	Assistir ao filme	Assistir o filme
	<i>obedecer</i>	Obedecer ao pai	Obedecer o pai
de VTDI para VTD	<i>pagar</i>	Pagar aos funcionários	Pagar os funcionários
de VTD para VTI	<i>namorar</i>	José namora Maria	José namora com Maria
	<i>implicar</i> ⁷	Implicar mudanças	Implicar em mudanças
de uma <i>preposição</i> para outra	<i>ir</i>	Ir ao cinema	Ir no/para o cinema
	<i>entregar</i>	Entregar em domicílio	Entregar a domicílio

É conhecimento comum que os verbos *assistir* (=ver), *pagar* e *obedecer* “exigem” complemento precedido pela preposição *a*. Mas, no vernáculo, esses verbos são usados sem preposição. Bagno (2009) explica que, quando o complemento refere-se a uma pessoa, o falante tende a considerar a relação entre verbo e objeto como direta, pois há a ideia de uma relação direta do sujeito, que executa ação, com a outra pessoa, que sintaticamente faz às

⁶ O verbo “assistir” em questão está no sentido de “ver”, “presenciar”.

⁷ O verbo “implicar” em questão está no sentido de “acarretar”.

vezes de objeto. Por isso, “os filhos obedecem o pai”. Quanto ao verbo *pagar*, Bagno (2009, p. 253) demonstra o percurso histórico que justifica sua utilização apenas como um *verbo transitivo direto* e não como um *verbo bitransitivo*⁸:

PAGAR ALGO A ALGUÉM
PAGAR ~~ALGO~~ A ALGUÉM
PAGAR ~~ALGO A~~ ALGUÉM

No caso do verbo *assistir*, o estudo de Fonseca e Martins (2005) nos mostra que a regência desse verbo está em um processo de mudança visto que, atualmente, no Brasil, o mesmo só é utilizado em uma acepção (ver) em todas as ocorrências registradas, sendo que ainda há concorrência quanto à utilização de *assistir* como *transitivo direto* e *transitivo indireto*. Fonseca e Martins (2005) realizaram a pesquisa com base em dados escritos de um jornal de grande circulação, observando dois cadernos com público alvo diferenciado: o *Mais!* da Folha de São Paulo, voltado para adultos escolarizados, aparentemente, das áreas de filosofia e letras que apresenta uma linguagem mais monitorada, e por isso o verbo *assistir* aparece em 95% das ocorrências como *transitivo indireto*; e, em oposição, o *Folhateen*, voltado para adolescentes e, por ter uma seção destinada a transcrição da opinião dos leitores, apresenta uma linguagem mais coloquial que se aproxima de seu público alvo, dessa forma, foram registradas 58% ocorrências de *assistir* como *transitivo direto*.

Quanto ao verbo *ir*, observa-se primeiramente sua classificação tradicional como um *verbo intransitivo* que, nesse sentido, não precisa de um complemento verbal (cf. Rodrigues, 2011). Mas, junto desse verbo, na maioria das vezes, tem-se um sintagma preposicionado que introduz um *complemento circunstancial* ou *adjunto adverbial* que caracteriza o verbo.

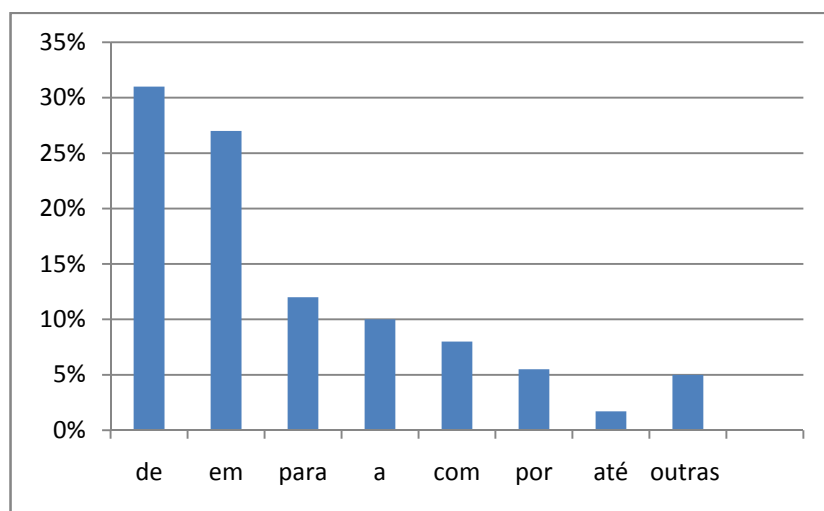
A respeito do verbo *ir*, Borralho e Barbosa (2012) realizaram uma pesquisa histórica sobre a utilização das preposições no Português escrito de Uberaba. Borralho e Barbosa (2012) selecionaram para a realização dessa pesquisa o jornal *Lavoura e Comércio* que circulava na cidade no início do século XX e o *Jornal da Manhã* que circula atualmente, no início do século XXI. Dentre os fatores analisados para determinar a escolha de uma preposição, os autores observaram a formação do sintagma nominal (expresso por pronome e substantivos ou não expressos) e a natureza semântica (lugar, finalidade ou outro) do complemento circunstancial. Dessa forma, Borralho e Barbosa (2012) observaram um aumento na utilização da preposição *para* em detrimento de *a*, principalmente quando o

⁸ Os verbos bitransitivos, tradicionalmente, são aqueles pedem como complemento um objeto direto e um objeto indireto.

sintagma nominal é expresso por um substantivo. Foi constatado, também, que a preposição *para* é mais utilizada, atualmente, para introduzir complementos do tipo “‘N locativos’ de lugar, de instituição e de finalidade” (Borrvalho e Barbosa, 2012, p. 12).

Diante dos casos de Regência Verbal apresentando e os outros existentes, percebe-se que o aparecimento, o desaparecimento e a troca de preposições depois dos verbos estão relacionados ao valor semântico do verbo e das próprias preposições. Conforme o estudo desenvolvido por Rodrigues (2011) com alunos de segundo ano do Ensino Médio mostra, os falantes tendem a ver significados diferentes no uso dos verbos com e sem preposição. Foi identificado, por exemplo, que a preferência pela não utilização da preposição *a* ocorre, pois a sentença com esse conectivo “passa a indicar [-] certeza, [-] controle da ação, [-] concretude, [-] humano” (Rodrigues, 2011, p. 125). Em oposição, as preposições *em* e *com* indicam [+] certeza, [+] definitude. Por isso, o verbo *namorar*, por exemplo, passou a ser usado junto da preposição *com*.

Quanto ao uso das preposições, Ilari e Neves (orgs. 2008) mostra que as preposições mais utilizadas são aqueles com maior grau de gramaticalização, isso ocorre porque essas preposições mais gramaticalizadas já perderam seu significado original, possibilitando que a sua utilização em uma maior variedade de empregos. Dessa forma, tem-se os dados extraídos do *corpus* compartilhado do Projeto Nurc (Norma Linguística Urbana Culta) onde, em 5.215 ocorrência, registrou-se as porcentagens de uso das preposições presentes no gráfico abaixo:



Fonte: Ilari e Neves (orgs. 2008, p. 624)

Assim, percebe-se que a relação existente entre o verbo e a preposição dá-se de forma que o verbo “determina” qual conectivo será usado para introduzir um complemento; em oposição, o adjunto “determina” que preposição irá precedê-lo. Por isso, se apenas algumas

preposições podem introduzir complementos verbais, serão utilizadas, então, as que apresentam maior grau de gramaticalização por (i) “poderem ser amalgamadas a outros elementos linguísticos”, (ii) “terem um sentido mais vago” e (iii) “conterem, comparativamente, menos material fonético” (Ilari e Neves, orgs. 2008, p. 641) como é o caso de: *a, de, com, em, para e por*.

Por fim, nota-se a importância das preposições e dos sentidos que essas assumem conforme a linguagem é percebida pela cognição humana, “que por sua vez busca recursos nas percepções características da espécie, nas experiências motoras básicas de que somos capazes e nas experiências culturais” (Ilari e Neves, orgs. 2008, p.667). Dessa forma, tendo em mente que as preposições assumem sentidos correspondentes as “categorias semântico-cognitivas de posição no espaço, deslocamento no espaço, distância no espaço e movimento” (Castilho, 2004, p. 3), percebe-se que esses conectivos não podem ser tratados apenas como elementos de ligação, “vazios de sentido” como se diz tradicionalmente.

4.2. DESCRIÇÃO GRAMATICAL

4.2.1. GRAMÁTICAS NORMATIVAS

Tendo em mente a concepção de Gramática Normativa como um manual que prescreve as normas para se falar e, principalmente, escrever “bem”; buscou-se identificar os objetivos dos autores desses manuais que foram escolhidos para a presente análise. Cegalla (2008), por exemplo, não faz nenhuma observação quanto ao objetivo de sua gramática, ressaltando apenas que, junto com o estudo gramatical, devem ser trabalhadas a leitura e a produção textual dos alunos junto da análise de textos literários. E Rocha Lima (2011) deixa claro o caráter normativo de seu livro no título “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”.

Já Said Ali (1964), Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008) demonstraram interesse em criar uma Gramática que servisse de base para o Ensino da Língua Portuguesa. O manual de Said Ali (1964), voltado para o segundo grau de sua época, correspondendo ao Ensino Médio da atualidade, traz uma linguagem simples, pois esse autor propõe descrever a língua evitando utilizar a terminologia “abstrusa e inútil” que apenas dificulta o aprendizado dos estudantes.

Com a mesma ideologia, Cunha e Cintra (2008) objetivaram não apenas um manual mais didático como também uma descrição da Língua Portuguesa como ela é registrada desde o Romantismo até os dias de hoje na Literatura Portuguesa, Brasileira e Africana. Os autores idealizaram uma Gramática que servisse de fonte de informação e guia orientador de “uma expressão oral e, sobretudo, escrita” (prefácio) sem desmerecer a linguagem coloquial e seu

caráter afetivo. Para isso, buscaram conciliar os conceitos e a terminologia tradicionais com os estudos linguísticos modernos. Da mesma forma, Bechara (2008) tentou conciliar a nomenclatura clássica da Gramática Normativa com descrição científica e sincrônica da teoria gramatical, pois “não se rompe de vez com uma tradição secular” (prefácio da 1ª edição de 1961). Tanto Cunha e Cintra (2008) quanto Bechara (2008) mostraram, também, preocupação com o aspecto estilístico da Língua Portuguesa.

a) Concordância Verbal

Nas cinco Gramáticas Normativas consultadas, observou-se um padrão de descrição das regras de Concordância Verbal: primeiramente os autores tratam das “regras ou casos gerais”, depois trazem os “casos especiais” e/ou a “concordância ideológica” ou “síntese” ou, ainda, “silepse”. Dessa forma, postulam-se duas regras ditas “gerais”: o sujeito simples concorda em número e pessoa com o verbo; e o sujeito composto, por ter mais de um núcleo, leva o verbo para o plural e para a pessoa adequada ao sujeito. No caso do sujeito composto, as Gramáticas Normativas “explicam” que a concordância de pessoa segue uma escala onde: “a) A 1ª pessoa prefere todas as outras; b) Não figurando a 1ª pessoa, a precedência cabe a 2ª pessoa; c) Na ausência de uma e outra, o verbo assume a forma da 3ª pessoa.” (Rocha Lima, 2011, p. 473). Assim, observam-se os exemplos dados por Cegalla (2008, p. 451) para esse caso do sujeito composto:

- (a) “Foi o que **fizemos** Capitu e eu.” (Machado de Assis) [ela e eu = nós]
- (b) “Tu e ele **partireis** juntos.” (Mário Barreto) [tu e ele = vós]
- (c) Você e meu irmão não me **compreendem**. [você e ele = vocês]

Como Cegalla (2008) ressalta, a semântica implícita em (a) corresponde ao pronome pessoal de 1ª pessoa do plural *nós* que leva o verbo para a 1ª pessoa do plural e a mesma lógica se aplica em (b) e (c). Entretanto, questiona-se aqui a concordância seguida em (c), pois, ao falar do paradigma de concordância entre os pronomes pessoais e os verbos, Cegalla (2008) trata do pronome *você* como um pronome de tratamento apenas.

Mesmo assim, é consenso entre os autores que a forma *vós* está em desuso e “desusada portanto a forma verbal respectiva” (Said Ali, 1964, p. 150); por isso, com a forma pronominal de 2ª pessoa do plural, “o uso corrente culto, assim oral como escrito, parece inclinar para a concordância na 3ª pessoa do plural” (Rocha Lima, 2011, p. 473). E essa concordância da 2ª pessoa do plural com o verbo na 3ª pessoa do plural é usada tanto por

escritores brasileiros quanto portugueses⁹ de vários períodos, não só modernos. Quanto ao uso do pronome de 2ª pessoa do singular *tu*, Cunha e Cintra (2008) são os únicos que comentam a substituição desse pronome pelo *você*.

Ainda sobre a concordância do sujeito composto, os autores no geral dizem que “muitas vezes os escritores quebram a rigidez dessa regra”¹⁰ (Cegalla, 2008, p. 451) realizando a concordância do verbo com o núcleo do sujeito mais próximo. E os autores ressaltam que essa concordância com a proximidade de um núcleo ocorre principalmente quando o sujeito vem posposto ao verbo como se observa nos exemplos (d) e (e) dados por Cunha e Cintra (2008, p. 523) e (f) dado por Bechara:

- (d) “Que te **seja** propício **o astro e a flor**,
Que a teus pés **se incline a Terra e o Mar.**”
(F. Espanca, *S*, 163.)
- (e) “Rua da União onde todas as tarde passava a preta das bananas com o xale vistoso de pano da Costa
E o vendedor de roletes de cana.”
(M. Bandeira, *PP*, I, 200.)
- (f) “O romeiro é livre como a ave do céu: *respeitam*-no o besteiro e o homem d’armas; dá-lhe abrigo o vilão sobre o colmo, o abade no seu mosteiro, o nobre no seu castelo” [AH.3,145]

Outro aspecto observado que é consenso nas Gramáticas Normativas é a formação do sujeito por quantitativos mais um sintagma preposicionado no plural. Em construções como “A maioria dos estudantes”, diz-se que a concordância do verbo pode ocorrer tanto no plural quanto no singular, norma esta consagrada pelo uso. Cunha e Cintra (2008, p.513) explicam que, nesses casos, a concordância vai depender da intenção do falante ou escritor, pois “deixamos o verbo no singular quando queremos destacar o conjunto como uma unidade. Levamos o verbo ao plural para evidenciarmos os vários elementos que compõem o todo”. Isto pode ser observado nos exemplos que Rocha Lima (2011, p.480) traz desses casos:

- a) *Singular*:
“A maioria dos condenados *acabou* nas plagas africanas.”
(Camilo Castelo Branco)
“Uma nuvem de setas *respondeu* ao sibilar dos esculcas árabes.”
(Alexandre Herculano)
- b) *Plural*:
“A maior parte das suas companheiras eram felizes.”
(Camilo Castelo Branco)

⁹ Rocha Lima (2011) usa o termo “escritores portugueses de nota” ao tratar do assunto, demonstrando uma atitude um tanto pejorativa em relação aos escritores brasileiros.

¹⁰ Ou, nas palavras de Said Ali (1964, p. 150), “desrespeitam os escritores esta regra”.

“(...) um grande número de velas branquejavam sobre as águas do estreito.” (Alexandre Herculano)

Quanto à concordância do verbo com o sintagma preposicionado, Bechara (2009, p. 566) ainda adiciona que “nas linguagens modernas em que entram expressões numéricas de porcentagem, a tendência é fazer concordar o verbo com o termo preposicionado que especifica a referência numérica”. Em oposição, Cegalla (2008, p.470) diz que a concordância deve ocorrer com o número da porcentagem¹¹ como se observa nos exemplos (g) e (h) em contraste aos exemplos (i) e (j) dados por Bechara (2009, p.566):

- (g) “Cerca de 40% do território **ficam** abaixo de 200 metros.” (Antônio Houaiss)
- (h) “Na União 90% dos homens **andavam** armados.” (Povina Cavalcânti)
- (i) Trinta por cento *do Brasil* *assistiu* à transmissão dos jogos da Copa.
- (j) Trinta por cento *dos brasileiros* *assistiram* aos jogos da Copa.

Sobre a Concordância Ideológica, Bechara (2009, p. 555) faz um breve comentário afirmando que “a língua moderna impõe apenas a condição estética” de forma que, quando o sujeito é representado por um nome que representa um grupo (por exemplo, *povo*), o verbo pode ir para o plural, apesar de que “soa desagradável ao ouvido construções do tipo: O povo trabalham ou A gente vamos”. Entretanto, este gramático ainda observa que, se houver um distanciamento entre o núcleo do sujeito e o verbo, construções desse tipo não “repugnam à sensibilidade do escritor”.

Em contrapartida, Rocha Lima (2011, p. 497-498) explica que a Concordância Ideológica é estudada pela Estilística e aponta ainda, ao citar Rodrigues Lapa, que a não-concordância gramatical pode ocorrer devido a três fatores: um, o verbo concordando com a ideia expressa pelo sujeito; dois, a posição em que aparecem o sujeito e o verbo; e, três, a intenção do autor de fazer concordância com “o termo que mais interessa acentuar ou valorizar”. Entretanto, um problema de caráter normativista que Rocha Lima (2011, p. 496) traz é a identificação da não-concordância como uma “irregularidade” que por “razões de ordem psicológica, ou estética, acutilam fundo, por vezes, as normas que a disciplina gramatical estabeleceu por boas e invioláveis”. E, contrariando ainda o que mostram as pesquisas da sociolinguística, Rocha Lima (2011, p. 498) afirma:

“(...) a concordância portuguesa tem caminhado no sentido de restringir cada vez mais os fenômenos ideológicos e afetivos em seu sistema, por força da

¹¹ Quanto a esse caso de concordância, não há nenhum comentário nas Gramáticas de Said Ali (1964), Cunha e Cintra (2008) e Rocha Lima (2011).

autocrítica coercitiva que a gramática impõe aos que escrevem. Isso importa, por sem dúvida, maior ordem e nitidez de expressão, mas atesta, de outro lado, a escassez de grandes e audaciosos artistas, que não se arreceiam de transcender limites e esquemas em seus formosos momentos de entusiasmo e de luz.”

Já Cegalla (2008) e Cunha e Cintra (2008) não tratam da Sínese dentro do capítulo de Concordância Verbal, mas na parte de Estilística. No geral, pode-se observar que, no que diz respeito à Concordância Verbal, há casos de desacordo sobre as regras estipuladas entre os próprios gramáticos. E, além disso, observa-se que existem várias “regras” de concordância em que o verbo pode aparecer no plural ou no singular dependendo da intenção do autor ou do contexto. Dessa forma, questiona-se a finalidade de se criar regras que dependem de fatores externos à estrutura gramatical, pois parece que um falante fluente do Português teria a capacidade de depreender o sentido da concordância por meio do contexto.

b) Regência Verbal

Das cinco Gramáticas Normativas utilizadas nesse estudo, a única que não apresenta um capítulo de Regência Verbal é a “Gramática Secundária” de Said Ali (1964). Por isso, verificou-se o que esse autor diz a respeito da Transitividade Verbal e o modo como Said Ali (1964) trabalhou esse aspecto morfosintático surpreendeu, pois os verbos foram divididos em dois grupos: transitivos e intransitivos. O autor explica que os verbos transitivos tem o sentido completado por um substantivo que pode ser substituído pelas formas pronominais “o, a, os, as”; já os verbos intransitivos, ou possuem sentido completo ou este é completado por um substantivo precedido de preposição. Said Ali (1964, p. 95) ressalta ainda que há verbos que pedem um objeto direto (complemento do verbo transitivo) e um objeto indireto (termo que se refere “às expressões preposicionadas que completam o sentido de verbos intransitivos”).

Já o manual de Rocha Lima (2011) não traz nenhuma definição de Regência, de forma que o capítulo denominado “*Regência de alguns verbos*” contém apenas uma lista de verbos e suas respectivas regências. É interessante notar a forma como Rocha Lima (2011) trabalha essa temática, pois, ao contrário do que os outros autores fazem, ele não define qual a transitividade que o verbo assume com qual aceção, nem que preposição deve ser usada; trazendo só os sentidos de um determinado verbo e exemplos literários de cada uso.

De forma um pouco semelhante, Cegalla (2008, p. 490) relaciona a Regência com a significação dos verbos ressaltando que alguns verbos assumem mais de uma regência sem mudar de sentido, como se observa nos pares de exemplos (1) e (2), enquanto outros verbos

assumem outra significação quando mudam de regência, conforme nos pares de exemplos (3) e (4):

- (1) *Esforcei-me por* não contrariá-lo.
Esforcei-me para não contrariá-lo.
- (2) *Cumpriremos* o nosso dever.
Cumpriremos com o nosso dever.
- (3) Bonifácio *assistiu* ao jogo. [= presenciar, ver]
O médico *assistiu* o enfermo. [= prestar assistência, ajudar]
- (4) Ele não *precisou* a quantia. [= informar com exatidão]
Ele não *precisou* da quantia. [= necessitar]

Em sequência a exemplos desse tipo, Cegalla (2008) recomenda que os alunos consultem o capítulo que trata da predicação verbal e segue com uma lista de verbos que mudam de regência conforme mudam de significação. Por fim, esse autor também traz casos de “regências especiais” com foco em construções aditivas de verbos que possuem regências diferentes como “[...] em Deus reside e emana” (Cegalla, 2008, p.514) onde o “*correto*” seria “[...] em Deus reside e Dele emana”.

Já Cunha e Cintra (2008, p.532), além de revisarem os conceitos de transitividade verbal e mostrarem a mesma concepção de que mudar a regência nem sempre mudará a significação do verbo, ressaltam que “somente as preposições que ligam complementos a um verbo (objeto indireto) ou a um nome (complemento nominal) estabelecem relações de regência”. Essa observação que esses autores trazem é a que mais se aproxima da importante distinção entre as preposições que introduzem complementos e as que introduzem predicados. Em sequência, de forma semelhante aos outros autores, Cunha e Cintra (2008) também trazem uma lista explicitando a “regência de alguns verbos”.

Em comparação, Bechara (2009, p.566) é o que dá mais enfoque na relação entre Regência e preposição, ressaltando que, quanto a Regência, “cumpre acrescentar os seguintes principais casos” ao que foi dito anteriormente na parte de complementos e preposição. Bechara (2009) ressalta questões relativas ao uso da preposição em construções do tipo “Isto é para eu fazer” *versus* “Isto é para mim”, “pedir para” *versus* “pedir que”, e “entrei e saí de casa” *versus* “entrei em casa e dela saí”. Por último, o autor também traz uma lista da regência de alguns verbos e nomes (esse autor não traz um capítulo só de Regência Verbal), mas faz a observação, em nota de rodapé, que tal lista não dispensa a consulta do dicionário de regência.

Dessa forma, observa-se que, mesmo entre as Gramáticas Normativas, o tratamento dispensado a Regência Verbal é diferente, coincidindo na presença de uma lista de verbos.

Nessas listas, identificaram-se os verbos comuns a todas sendo: aspirar, assistir, chamar, esquecer, lembrar, obedecer, perdoar, responder e visar.

Quanto ao verbo *aspirar*, é consenso entre as Gramáticas Normativas que, com o sentido de “respirar, sorver”, esse verbo será *transitivo direto*; mas, com o sentido de “pretender, desejar”, será *transitivo indireto* e o complemento verbal deve ser introduzido pela preposição *a*, além de não admitir a substituição do *objeto indireto* pelos pronomes *lhe* e *lhes*, devendo ser usado os pronomes pessoais introduzidos pela preposição. Nessa segunda aceção, Cunha e Cintra (2008, p. 533) observam que, além da preposição *a*, o complemento pode vir também introduzido pela preposição *por* e que, apesar de condenável pelos gramáticos, os escritores modernos e contemporâneos utilizam o “regime direto”.

No caso do verbo “assistir” que possui quatro aceções e três regências, diz-se que: no sentido de ver/presenciar e de favorecer/caber direito, é transitivo indireto e deve ser usado com a preposição *a*; no sentido de prestar assistência, é transitivo direto; e no sentido de morar/residir, é intransitivo e apresenta um adjunto adverbial de lugar introduzido pela preposição *em*. Nessa última aceção, Rocha Lima (2011, p. 514) diz que alguns autores contemporâneos têm utilizado a “construção *assistir em* (=morar), tão querida dos clássicos”; já Cunha e Cintra (2008, p. 535) afirmam que esse emprego “têm sabor arcaizante num contexto literário contemporâneo”. Quanto ao sentido mais usado de *assistir* (= ver, presenciar), Cunha e Cintra (2008, p. 534) são os únicos que informam a preferência brasileira de se utilizar o *objeto direto*, visto que os escritores modernos “têm dado acolhida à regência gramaticalmente condenada”.

Já o par *esquecer* e *lembrar* são bastante comentados por seu uso junto dos pronomes oblíquos. Cegalla (2008, p. 499) exemplifica as construções admitidas:

<i>Esqueci</i> o nome dele.	<i>Lembro</i> um caso antigo.
<i>Esqueci-me</i> do nome dele.	<i>Lembro-me</i> de um caso antigo.
<i>Esqueceu-me</i> o nome dele.	<i>Lembra-me</i> um caso antigo.

Observa-se que, na terceira construção, aparece como sujeito da frase o que nas duas primeiras construções classifica-se como objeto. Cegalla (2008) ressalta que o uso dessa terceira estrutura é comum em Portugal, apesar de desconhecida no Brasil. Rocha Lima (2011, p. 523) diz que “há certa distinção estilística que não tem escapado a muitos escritores”, pois *esqueci-me* produz a concepção de “pareço culpado do esquecimento” e, em contrapartida, *esqueceu-me* traz a ideia de “o esquecimento foi involuntário”. Cegalla (2008) define como regra a utilização da preposição depois dos verbos em questão quando estes

aparecerem junto de pronome. Cunha e Cintra (2008, p. 539) justificam o uso desses verbos sem o pronome, mas com a preposição, pelo cruzamento das duas primeiras conforme o exemplo:

Esqueceu os deveres religiosos
Esqueceu-se dos deveres religiosos
↓
Esqueceu dos deveres religiosos

Uma estrutura que aplica-se a outros verbos, é a do *perdoar*. Segundo Cegalla (2008) e Rocha Lima (2011), esse verbo assume *objeto direto* de coisa, *objeto indireto* de pessoa ou *objeto direto* de coisa e *objeto indireto* de pessoa, sendo *transitivo direto*, *transitivo indireto* ou *bitransitivo*, respectivamente. Cunha e Cintra (2008, p. 547) observam ainda que, na linguagem coloquial brasileira, assim como no português antigo e médio, a construção do *objeto direto* de pessoal é usual e por isso “os escritores atuais não tem dúvida em acolhê-la”.

Por fim, percebem-se aspectos contraditórios no trato das Regências Verbaís, uma vez que *verbos transitivos indiretos* assumem voz passiva, quando a norma “proíbe” tal troca. Da mesma forma, aparecem *verbos transitivos diretos* que podem ser “realçados” por preposições. A justificativa de se utilizar a Regência para evitar ambiguidade quando essa altera de acordo com o significado parece falha, tendo-se um contexto para embasar o sentido do verbo.

4.2.2. GRAMÁTICAS DESCRITIVAS

Partindo da percepção de que a Gramática Descritiva objetiva uma avaliação descritiva e atual da Língua, buscou-se identificar os objetivos e o público-alvo das Gramáticas Descritivas analisadas. Dessa forma, percebeu-se que Perini (2000, 2010) e Castilho (2010) escreveram seus manuais com um foco predominantemente teórico-reflexivo voltado principalmente para estudantes e professores da área de Letras.

Em contrapartida, Neves (2000) não apenas coloca como público-alvo de seu livro o falante comum e o estudioso da língua, como busca facilitar o entendimento dos leitores utilizando como base a linguagem e a classificação da Gramática Tradicional. Dessa forma, a autores descreve o Português utilizado no Brasil em textos escritos de “literaturas romanesca, oratória, jornalística e dramática” (Neves, 2000, p. 14) e, por conceber o texto como a maior unidade de funcionamento e os itens lexicais e gramaticais como multifuncionais, a organização de sua Gramática de usos segue nessa linha de pensamento partindo dos itens para o enunciado e para o texto.

Já Perini, por objetivar, em sua “Gramática Descritiva do Português”, o levantamento de críticas e reflexões em professores de primeiro e segundo graus, alunos e professores do curso de Letras, afirma que seu objetivo é “contribuir para uma reorientação radical dos estudos da língua portuguesa: do exame das gramáticas para o exame dos fatos da língua” (Perini, 2000, p.15). Dessa forma, o autor diz que muitas vezes aparecerão questões sem respostas ou com possíveis hipóteses que podem estar certas ou erradas. Segundo o autor, esse manual é o primeiro passo para se revolucionar o ensino onde a gramática deve ser vista como “uma disciplina viva, em revisão e elaboração constante” (Perini, 2000, p.17). De modo semelhante, em “Gramática do Português Brasileiro”, Perini (2010) objetiva o estudo descritivo dos fatos gramaticais com base no Português falado no Brasil.

Com uma concepção análoga, Castilho (2010) propõe em seu trabalho a descrição do Português falado no Brasil com base em uma visão de linguagem multissistêmica que se constrói por meio de processos simultâneos de cognição e de estruturação lexical, sintática, semântica e discursiva. O autor busca inovar a questão gramatical expondo teorias, questionando e propondo a reflexão do leitor, tentando transformar este em um “gramático de você mesmo” (Castilho, 2010, p. 35).

a) Concordância Verbal

Sobre o fenômeno da Concordância Verbal, as Gramáticas Descritivas não seguem um padrão. Dessa forma, observou-se que Neves (2000), por focar a descrição gramatical partindo das classes de palavras e seguindo para a formação de enunciados, não traz um conceito de Concordância Verbal. Entretanto, essa conceituação do fenômeno fica implícita nos exemplos trabalhados que mostram a regra geral internalizada pelo falante de que o verbo concorda com o sujeito.

Já Castilho (2010, p. 272) define, em sentido amplo, a concordância como a semelhança morfológica existente entre alguns termos da sentença e, citando Trask, conceitua como um “fenômeno gramatical no qual a forma de uma palavra numa sentença é determinada pela forma de outra palavra com a qual tem alguma ligação gramatical”. Dessa forma, a Concordância Verbal é entendida como “a concordância gramatical do verbo com o sujeito, em pessoa e número” (Castilho, 2010, p. 273). Esse autor ressalta, ainda, que a concordância pode ocorrer no nível semântico com o verbo concordando com o sentido plural do sujeito e não com sua forma singular (ex. multidão) e observa que a variação de número (ex. *eles falam* versus *eles fala*) é mais forte do que a de pessoa (ex. **eles falou*).

Em contrapartida, Perini (2000, 2010) problematiza a concepção de que o “verbo concorda com o sujeito”, pois esse conceito induz a criação de um sintagma nominal abstrato quando o sujeito não vem expresso na sentença para justificar a concordância adotada. Por isso, Perini (2000, p. 192) propõe que a Concordância seja entendida como um “sistema de filtros (independentemente motivados) que suprime certas estruturas por apresentarem má formação de algum tipo”, sendo esse sistema regido por dois filtros. O primeiro filtro diz respeito à transitividade do verbo que pode ser explicado pelos exemplos (Perini, 2000, p. 189-190):

- (a) *Minhas sobrinhas ganhei um cavalo.
- (b) *Nós adormeci na banheira.

Como não há uma relação estrutural entre o verbo e o sintagma nominal que o precede, pode-se considerar *minhas sobrinhas* como um *objeto direto*. Entretanto, isso seria problemático visto que *um cavalo* também deveria ser considerado um *objeto direto*. Como na Língua Portuguesa não existe nenhum verbo que admita *dois objetos diretos*, a sentença (a) deve ser considerada mal formada. De forma semelhante, a sentença (b) também é mal formada, pois *nós* não pode ser considerado *sujeito* por não se relacionar com o verbo, nem objeto direto por ser um pronome do caso reto. Com base na sentença (b), Perini (2000) estipula o segundo filtro referente à forma dos pronomes que, para funcionarem como *objeto direto*, não podem ser utilizados no caso reto e, sim, no caso oblíquo.

Quanto ao papel dos pronomes pessoais com função de sujeito, Neves (2000) aborda o uso do sintagma nominal *a gente* que ocorre pela preferência ao pronome *nós* e pelo valor semântico que inclui todas as pessoas do discurso. Quanto a Concordância, essa autora observa que o verbo ocorre tanto no singular quanto no plural. Outro aspecto descrito por Neves (2000, p.753) é o caso do sujeito composto formado por *nem* que, geralmente, leva a concordância para o plural; entretanto, “pelo efeito negativo ou privativo da soma de elementos efetuado por *nem*, o conjunto pode ter efeito no singular”, conforme se observa ao comparar os exemplos:

“Sei que ele usa expressões que **NEM** a senhora, **NEM** eu **usamos**. (CM)
[...]
Uma vez que **NEM** a ciência **NEM** a política **NEM** a religião **consegue** desembrulhá-las, tive de descobrir um meio de fazer isto sem violência. (BOC)”

A respeito do sujeito composto posposto, Perini (2000) propõe que esses casos sejam analisados como uma versão anaforicamente reduzida utilizada para evitar a repetição do

verbo. Para esse autor, o sujeito composto com o verbo no singular não simboliza um único sintagma nominal de forma que “*Aqui reina a paz e a alegria*” parece mais uma versão resumida de “*Aqui reina a paz e reina a alegria*”. Essa análise, conforme Perini (2000, p. 186) aponta, “nos livra da necessidade de definir aqui um caso particular de marcação de SNs”.

b) Regência Verbal

As Gramáticas Descritivas não trabalham a Regência Verbal de modo padrão, sendo que alguns desses manuais não falam diretamente desse fenômeno. Devido a isso, buscaram-se conceitos relacionados como o de Transitividade Verbal, Complemento e Valência. Quanto ao conceito de valência, termo importado da química, Perini (2010) define como as relações de dependência estabelecidas pelo verbo. Por exemplo, a respeito do verbo *confiar* sabe-se que, em uma construção, esse termo pede um sujeito com papel temático de experimentador e um complemento introduzido pela preposição *em* como na sentença (Perini, 2010, p.135):

[1] A menina confia em você.

Essas relações de dependência exercidas pelo verbo fazem parte do conhecimento de todo falante da Língua Portuguesa e são elas que explicam porque certas construções são aceitáveis e outras não. Devido à valência dos verbos, pode-se entender porque construções como (5) não existem no Português, enquanto (6) sim, pois, em ambas as construções, *o fazendeiro* é entendido como Agente do verbo e *no frango*, Paciente (Perini, 2010, p. 136):

[5] * O fazendeiro engordou no frango.

[6] O fazendeiro bateu no frango.

Em contrapartida, a Gramática Descritiva do Português de Perini (2000) problematiza a concepção tradicional de Transitividade Verbal que classifica os verbos entre aqueles que aceitam *objeto direto* e aqueles que não aceitam. Entretanto, há construções nas quais o verbo aceitar ou recusar o *objeto direto* é opcional e essa possibilidade não é aceita pela Gramática Normativa. Por isso, Perini (2000) propõe que a transitividade dos verbos seja analisada com base nos traços de exigência, recusa e livre aceitação do *objeto direto*, o *adjunto circunstancial*, o *complemento do predicado* e o *predicativo*¹². A título de exemplificação, tem-se os exemplos (6), (7), (15) e (16) de Perini (2000, pp. 162-163):

¹² O adjunto circunstancial corresponde ao “objeto indireto” e outros casos, o complemento do predicado se aproxima do “predicativo do sujeito”, e o predicativo do “predicativo do objeto”.

- (6) Meu gato já comeu todo o mingau.
- (7) Meu gato já comeu.
- (15) a. Evaristo faz lindas cortinas.
b. * Evaristo faz.
- (16) a. Meu irmãozinho nasceu sábado.
b. * Meu irmãozinho nasceu um nascimento tranquilo.

Como se observa em (6) e (7), o verbo *comer*, apesar de transitivo, pode aparecer com o *objeto direto* “todo o mingau” ou não. Por isso, diz-se que sua aceitação é livre. De maneira semelhante, o verbo *fazer* exige *objeto direto* visto que esse verbo na ocorre sem complemento como em (16b); e o verbo *nasceu* recusa o *objeto direto*. Assim, Perini (2000) determina os traços de recusa, exigência e aceitação livre, pois a maioria dos verbos do Português se encaixaria em três classificações: (a) aqueles 57,6% dos verbos que aceitam livremente o *objeto direto* e o *adjunto circunstancial* e recusam o *complemento do predicado* e o *predicativo* como o verbo “comer”; (b) os 22,3% que exigem o *objeto direto*, aceitam livremente o *adjunto circunstancial* e recusam o *complemento do predicado* e o *predicativo*, a exemplo o verbo *encontrar*; e os 5,1% que recusam o *objeto direto*, o *complemento do predicado* e o *predicativo*, e aceitam livremente o *adjunto circunstancial*, como o verbo *acontecer*.

Outra crítica importante levantada por Perini (2000) trata da relação entre semântica e sintaxe. Apesar das Gramáticas Normativas utilizarem, predominantemente, concepções semânticas para definir o aspecto da Transitividade; o valor semântico dos verbos não possibilita a delimitação de critérios para tal definição. Um exemplo disso são os verbos *morrer*, *falecer* e *perecer* que, apesar de sinônimos, possuem transitividades diferentes. Um segundo exemplo vem das “exigências semânticas dos verbos” que possuem “reflexos variados nas exigências de complementos formais” (Perini, 2000, p. 169), como o caso do verbo *roubar* onde o *objeto direto* pode exprimir a coisa roubada (23) ou a entidade que foi roubada (24):

- (23) Roberto roubou muito dinheiro da União.
- (24) Roberto roubou a União em muito dinheiro.

Uma última observação importante que Perini (2000) traz, trata da relação entre sintaxe e contexto, pois há verbos que não precisam ter o *objeto direto* expreso. Em certas situações de enunciação, o contexto determinará o complemento do verbo de forma que todos os falantes envolvidos entendam a mensagem. Isso ocorre porque, nessas situações, utilizam-se conhecimentos semânticos, de mundo e de regra de comunicação que diz que quando uma informação é previsível não há necessidade de explicitá-la. Um exemplo desses casos de

objeto não expresso pode ser observado no dia-a-dia nas propagandas educativas: “*Se beber, não dirija*”, onde os conhecimentos de mundo e de contexto explicitam que o objeto de *beber* refere-se a uma bebida alcoólica.

Sobre o conceito de Transitividade Verbal, Castilho (2010) denomina *transitividade* a propriedade das classes predicadoras, entre elas o verbo, de selecionar determinados argumentos. Nessa concepção, os verbos são categorizados pelo número de argumentos que selecionam sendo: monoargumentais, que selecionam o argumento externo; biargumentais e triargumentais¹³. Os verbos podem acionar três tipos de argumentos interno: *objeto direto*, *objeto indireto* e *complemento oblíquo*.

A respeito do objeto direto, Castilho (2010, p. 301) define as funções que o caracterizam como a proporcionalidade “aos pronomes pessoais acusativos *ele/o*”, a capacidade da sentença de ter uma correspondente passiva na qual o objeto direto assume a função de sujeito e o papel temático de paciente. Em oposição, o objeto indireto é proporcional aos pronomes dativos *me*, *te* e *lhe*; são preenchidas por sintagmas preposicionados introduzidos por *a* e *para*; não assume a voz passiva; pode ocorrer junto com o objeto direto e tem papel temático de beneficiário. Enquanto o complemento oblíquo caracteriza-se por sintagma preposicionado que atua como argumento interno único, ocorre, em geral, com verbos de movimento e não assume um papel temático definido.

Por fim, a gramática de Neves (2000), apesar de não trabalhar os conceitos de regência, transitividade e complementos verbais, traz como observação a regência dos verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* que podem ocorrer tanto como transitivos diretos, como transitivos indiretos conforme os exemplos registrados (Neves, 2000, pp. 39 e 41):

- (1) *As cidades são armazéns de ódio: fazem o homem **ESQUECER** sua insignificância.* (RC)
- (2) ***ESQUECI-me** de mandar reservar acomodação para o doutor que vem aí.* (AM)
- (3) *Não **SE ESQUEÇA** que você comeu do bom e do melhor.* (DEL)
- (4) *Não **ESQUEÇA** também **de** mandar cotar.* (REI)
- (5) *A revista **LEMBRA**, por exemplo, a reação perplexa do ex-ministro.* (ESP).
- (6) ***LEMBREI-ME** de pôr a limpo o caso do meu patrício.* (BU)
- (7) ***LEMBRO dele** na casa da Avenida do Contorno.* (CF)
- (8) *O diretor do Teatro **LEMBROU-SE** que não dormira durante a noite.* (BB)

¹³ Em comparação com a Gramática Normativa, os verbos monoargumentais seriam os intransitivos; os biargumentais, transitivos direto e indireto; e triargumentais, os bitransitivos.

4.2.3. GRAMÁTICA PROPOSITIVA

Bagno (2011, p.14) define sua obra como uma gramática propositiva por destacar as características específicas do português brasileiro contemporâneo, propondo a aceitação efetiva e plena de “novas regras gramaticais que já pertencem à nossa língua há muito tempo”. Além disso, Bagno (2011) afirma que sua gramática foi pensada para auxiliar a formação de professores e, por isso, é um produto epistemológico, teórico e histórico na medida em que discute propostas de descrição da língua e propõe novas definições e conceitos sem a separação tradicional entre diacronia e sincronia e com a visão de língua como variável e mutante.

a) Concordância Verbal

Ao falar do fenômeno da Concordância Verbal, Bagno (2011, p. 647) primeiramente questiona a regra geral de que “o verbo concorda com sujeito” e propõe que, se algum termo deve concordar com outro, o sujeito é que concorda com o verbo, pois este “*projeta* seus valores semânticos sobre os demais elementos da sintaxe para maior eficiência *discursiva* da sentença”. Entretanto, essa inversão da regra geral ainda não explica realmente o fenômeno da concordância.

Dessa forma, Scherre (*apud* Bagno, 2011, p. 648) levanta a hipótese de que a Concordância Verbal no português é regida por traços, a exemplo do traço sintático de número singular e plural, que “podem aparecer também em outras funções sintáticas, a saber, no núcleo do adjunto ou do complemento nominal e no núcleo do predicativo”. Essa hipótese pode ser notada nos exemplos abaixo, onde a concordância se realiza nos sintagmas pluralizados que aparecem entre o sujeito e o verbo:

- (441) O **preço médio** das casas vendidas no mês passado **caíram** 13,3% na comparação com março de 2007. Foi o maior recuo percentual na comparação ano a ano desde a queda de 14,6% registrada em julho de 1970. (*Folha de S. Paulo*, 29/4/2008) [...]
- (444) **Conhecer** os processos mutáveis de uma língua pelo uso em diferentes tempos, regiões, necessidades sempre **fizeram** parte das minhas aulas [...]
- (Texto produzido por professor de português do Distrito Federal, 2005)

A justificativa que Bagno (2011) dá para esse processo de concordância com o verbo envolve os processamentos cognitivos do falante e escrevente na hora de produzir sua fala e texto. E esses processos são intuitivamente entendidos pelos ouvintes e leitores de modo que a concordância variável se torna receptiva e, até certo ponto, imperceptível. Dessa forma, os “erros de concordância” só se tornam “erros” quando o sujeito e o verbo estão na ordem

canônica SVO ou não há “grande quantidade de material fonético ou de segmentos escritos” (Bagno, 2011, p. 650) entre o sujeito e o verbo.

Com base na variação registrada em textos escritos de diversas épocas, Bagno (2011) propõe uma nova regra que define a não análise do sintagma nominal posposto ao verbo como sujeito visto que esse sintagma ocupa o lugar sintático do objeto. Regra já em uso há algum tempo como mostra Bagno (2011, pp. 649 e 652) com os exemplos:

- (488) **A formosura de Páris e Helena foram** causa da destruição de Troia. (Frei Heitor Pinto, séc. XVI) [...]
 (454) Em cujo corpo **a morte e o ferro entrava**. (Camões, *Lus.*, IV, 40) [...]
 (473) A garantia de compra não é apenas para uma safra, mas para os próximos cinco anos, como **prevê os contratos firmados** entre a Companhia e os agricultores. (<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/petrobras/petrobras-biocombustivel-agricultura-familiar-biodiesel-497973.shtml>) [...]
 (478) Jesus Cristo não permaneceu na morte, mas ressuscitou e está vivo, junto do Pai do Céu, como **testemunhou os primeiros cristãos**. (http://www.a12.com/redentoristas/palavra/pe_eugenio_bisinoto.asp)

b) Regência Verbal

A respeito dos conceitos de Transitividade e Regência Verbal, Bagno (2011) mostra que o sintagma verbal forma-se por um verbo pleno e principal que compõe o núcleo, a esquerda desse núcleo tem-se os especificadores que podem ser verbos auxiliares e a direita tem-se os complementos verbais que são *objeto direto*, *objeto indireto* e *complemento relativo* ou *oblíquo*. Como exemplo de sintagmas verbais, Bagno (2011, p. 514) traz os seguintes exemplos:

	CHOVIA			
pode estar	CHOVENDO			
tem	CHOVIDO	granizo		
posso	LEVAR	Isabel		
vou	LEVAR	uns doces	pra Isabel	
preciso	LEVAR	Isabel	comigo	
pretendo	LEVAR	Isabel	da escola	pra casa

Devido à importância do verbo para a estruturação da sentença, pois ele que estabelece o tipo de sujeito e os complementos; Tesnière (*apud* Bagno, 2011, p. 514) importou da química o conceito de valência que coloca o verbo no topo da hierarquia gramatical por ser ele “o responsável pela seleção dos demais elementos do enunciado”. De acordo com o número de elementos ou argumentos que o verbo seleciona, este passa a ser classificado em

monovalente, bivalente, trivalente ou tetravalente. Entende-se então, o argumento externo como o sujeito e os argumentos internos como complementos verbais.

Quanto aos complementos verbais, faz-se distinção entre o objeto indireto e o complemento oblíquo, onde aquele é entendido, pela linguística moderna, como os complementos introduzidos pelas preposições *para* e *a* com o traço semântico [beneficiário]. Dessa forma, Bagno (2011, p. 518) sugere como teste para identificar o objeto indireto, a conversão deste nos índices de pessoa e não pessoa, a exemplo:

(16a) **Comprei um perfume delicioso** para você.

(16b) Te **comprei um perfume delicioso**.

(17a) **Maria trouxe um presente lindo** para nós.

(17b) **Maria** nos **trouxe um presente lindo**.

Quanto às questões específicas de Regência Verbal, Bagno (2011, p. 518) demonstra que o processo de gramaticalização chegou “a tal ponto que **verbo + preposição** constituem, na prática, uma unidade lexicogramatical”. Dessa forma, pode-se dizer que não existe o verbo *gostar* e sim a unidade *gostar-de*; e esse raciocínio fica evidente “quando comparamos verbos de semântica semelhante que, no entanto, apresentam regências diferentes” (idem, p. 519):

(33) Eu **gosto de** viajar de trem.

me amarro em
curto

(34) O presidente do banco **abdicou do** cargo.

renunciou a
entregou

Entretanto, a relação entre verbo e complemento está sujeito à mudança, podendo um verbo *transitivo direto* assumir a forma *transitiva indireta* ou o contrário. Isso ocorre porque pode-se atribuir novos sentidos ao verbo ou por aproximação sintática com “verbos de significado semelhante (*assistir* se torna transitivo direto pela analogia semântica com *ver*, *presenciar*, *frequentar*, todos transitivos diretos)” (Bagno, 2011, p. 520). Dessa forma, a mudança de transitividade traz “consequências sintático-semântico-pragmáticas” (idem, p. 527), pois gera a necessidade de uma reanálise semântica. A exemplo, pode-se citar o caso do verbo *consistir* que, com a preposição *em*, parece ter o sentido de “implicar em, resultar em” e, com a preposição *de*, teria a ideia de “ser composto de, ser formado de”.

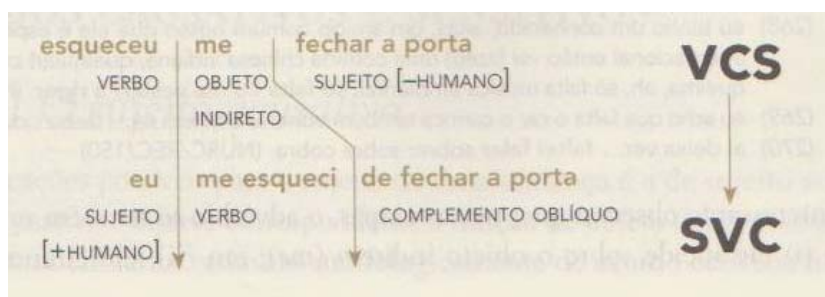
A atualização na Regência de alguns verbos, ao contrário do que alguns *puristas*¹⁴ possam dizer, é fato registrado. Como exemplo, pode-se citar o caso dos verbos *preferir* e

¹⁴ Bagno (1008, 2011) chama de “puristas” aquelas pessoas que defendem uma pureza ilusória da língua, sem alterações ou inovações.

visar. Quanto a este verbo, Bagno (2011) mostra que nem os dicionários reconhecidos como o Houaiss e o Aurélio prescrevem mais a regência *visar a* no sentido de “ter como objetivo, almejar”. E, apesar de ser um uso condenado, a construção da regência de *preferir* tem-se dado por meio de estrutura comparativa abonada por escritores e falantes cultos, conforme os exemplos dados por Bagno (2011, p. 533):

- (59) eu nunca me dei em alimentar-me fora de casa, quer dizer que eu preferia mil vezes levar comida. (NURC/RJ/080) [...]
 (65) Público preferiu ver as sessões de musicais no Odeon do que participar delas¹⁵.

Uma observação que Bagno (2011) traz, é a respeito dos verbos *lembrar* e *esquecer* que, por terem caráter afetivo que só pode ser realizado por seres humanos, passaram por uma reanálise sintática de forma a reproduzir a ordem canônica SVO¹⁶. Por consequência disso, o pronome *me* não assume função sintática, sendo caracterizado como um pronome de realce que pode ser dispensado. Bagno (2011, p. 591) representa essa argumentação:



4.3. PERSPECTIVA GRAMATICAL E COTEJO

a) Concordância Verbal

Em geral, a norma prescritiva estabelece que o verbo deve concordar com o sujeito em número e pessoa, ou seja, se esse tiver apenas um núcleo no singular, o verbo permanece no singular; se o sujeito aparecer no plural ou com mais de um núcleo, o verbo passa para o plural. Da mesma forma, a estrutura verbal será adequada às pessoas do discurso, alterando as desinências verbais para concordar com o sujeito. Apesar disso, há casos em que essa regra geral não se aplica e as Gramáticas Normativas tentam legitimar esses casos ao falar de “casos especiais”, “exceções” e “concordância ideológica” ou “silepse”.

¹⁵ Exemplo retirado do jornal *O Globo* (29/9/2003).

¹⁶ A ordem SVO, ou Sujeito-Verbo-Objeto, na representação de Bagno (2011), aparece como SVC, ou Sujeito-Verbo-Complemento.

Como Perini (2000, 2010) problematiza muito bem, a regra geral de que “o verbo concorda com o sujeito” dificulta o aprendizado da análise sintática ao criar abstrações conhecidas como *sujeito oculto*, *indeterminado* e *inexistente*, além de não acrescentar ao aluno de nível fundamental e médio noções críticas e reflexivas sobre a Língua Portuguesa. Por isso, entender que o verbo é o responsável pelos traços de concordância verbal (Bagno, 2011) na medida em que há mais variação na representação de número do que de pessoa (Castilho, 2010), parece ser muito mais produtivo para despertar esse olhar crítico-reflexivo sobre a linguagem do que ficar discursando sobre as regras especiais da Concordância Verbal.

Assim como as pesquisas da sociolinguística trazem, e Castilho (2010), principalmente, Bagno (2011) e Perini (2010) também retratam, as variáveis existentes no fenômeno da Concordância Verbal são exclusivos dessa ou daquela variedade. Os fatores socioculturais influenciam, sim, nessas variáveis; mas, a preferência de uma sobre a outra não é de caráter puramente socioeconômico. O que distingue os falantes cultos dos não escolarizados é a preferência daqueles pelas variáveis referentes à posição do sujeito em relação ao verbo que pode aparecer anteposto ou posposto, próximo ou distante (cf. Castilho, 2010).

Do ponto de vista do ensino do fenômeno da Concordância Verbal, as Gramáticas Descritivas são um excelente material de estudo para os professores de Língua Portuguesa que podem buscar nesses manuais um suporte teórico e reflexivo para um ensino crítico do português. Entretanto, como material de consulta para os alunos de nível fundamental e médio, talvez a Gramática de Cunha e Cintra seja a mais didática, por trazer uma linguagem simples, apesar de normativista, e comentar alguns traços variacionais de grande repercussão. Ainda assim, os manuais normativos consultados, no geral, apresentam uma visão de que certos usos são exclusivos de autores literários renomados por serem contrários as regras gramaticais.

b) Regência Verbal

Em geral, as Gramáticas Normativas trabalham o conceito de Regência Verbal como as relações de dependência entre o verbo e o complemento verbal a partir da concepção de Transitividade que divide os verbos em intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos e bitransitivos. Uma relação que se destaca dentro dessa percepção é a existente entre os verbos, seus significados e unidade que formam com as preposições, que podem ou não influenciar a Regência de um verbo.

Apesar de as Gramáticas Descritivas não trabalharem diretamente o conceito de Regência, as interações morfossintáticas do verbo, seus complementos e seus significados ficam explícitos na forma como esses manuais trabalham os conceitos de Transitividade ou Valência Verbal e Complementação. Entretanto, as diversas propostas de abordagem desses conteúdos que as Gramáticas trazem, mostram que o tema é controverso e que, ainda, há muito a ser estudado e discutido, principalmente, quanto ao ensino de Regência Verbal.

Dessa forma, partindo da percepção de que há muitas teorias e pouco consenso, observam-se pontos positivos na abordagem do fenômeno da Regência na Gramática Normativa de Cunha e Cintra (2008) e, principalmente, na Gramática Propositiva de Bagno (2011) por considerar válidos os usos mais cristalizados no Português Brasileiro Contemporâneo.

Quanto aos conceitos de Transitividade e Complementação, Castilho (2010) e Bechara (2008) trabalham a distinção entre complementos verbais preposicionados de forma a reduzir uma série de problemas que a concepção de que há um único tipo de objeto indireto traz. Entretanto, Bechara (2008) mostra grande oscilação entre uma teoria gramatical sólida e a tradição normativa da Gramática, pois, ao retratar a Regência Verbal, determina os usos corretos e os incorretos como pode ser percebido ao falar do verbo *chegar-a* “não *em* junto à expressão de lugar” (Bechara, 2008, p. 573).

Em relação ao papel das preposições dentro da Regência Verbal, é interessante observar que os autores, geralmente, consideram o papel semântico das preposições; mas poucos como Bechara (2008), Cunha e Cintra (2008), Castilho (2010) e Bagno (2011) deixam explícito que apenas algumas são utilizadas para introduzir os argumentos verbais. De fato, ao tratar das preposições que introduzem os complementos verbais, as Gramáticas Normativas costumam considerá-las apenas como um “elo sintático”, vazio de sentido, quando esse sentido vazio corresponde ao processo de gramaticalização por meio do qual o significado original das preposições se perdeu.

Uma das abordagens mais criticadas dentro das Gramáticas Normativas é a existência de uma lista de verbos e suas respectivas regências de acordo com a aceção em que o verbo será usado. A esse respeito, Bagno (2011) inova trazendo uma lista semelhante de base comparativa entre a regência prescrita pela Gramática Normativa e a regência em uso. Trabalhar essas listas de regência com esse foco comparativo parece ser uma maneira de desenvolver reflexões sobre a língua e a competência linguística dos estudantes de nível básico.

Do ponto de vista do Ensino da Gramática, essas relações semânticas e sintáticas existentes entre verbo e complemento verbal devem se trabalhadas. Mas, como Perini (2000) informa, essas relações são complexas e por isso as explicações também devem ser complexas. O professor de Língua Portuguesa não deve apenas reproduzir o que está nas Gramáticas Normativas sem nenhum nível de reflexão ou crítica.

A problemática de se trabalhar o ensino do Português com base na Gramática Normativa consiste na ideologia de que essa variedade descrita por esse tipo de manual corresponde ao falar e escrever bem quando na, prática, essa Língua só existe dentro dessas Gramáticas. Um exemplo disso são as ressalvas que os autores em várias passagens fazem informando ao leitor que, apesar de tal “regra” ser aplicada de forma diferente por grandes escritores, esse modelo não deve ser seguido ou que seu uso não é “recomendado”. Além disso, os conceitos gramaticais existentes nessas gramáticas são ultrapassados e muitas vezes contraditórios.

Outro fator que justifica a perpetuação de um ensino pautado nas Gramáticas Normativas, conforme Rodrigues (2011) expõe, refere-se as Gramáticas escolares indicadas como material de estudo para os alunos de primeiro e segundo grau. Ao que parece, em uma tentativa de simplificar a teoria gramatical contraditória das Gramáticas Normativas, as gramáticas escolares acabam sendo mais prescritivas ainda, além de preconceituosas. Mais uma vez, percebe-se que, se o conteúdo a ser ensino é complexo, sua teoria e estudo também devem ser complexos e tentar simplificar essa complexidade, geralmente, conduz a contradições e justificativas do tipo “porque a gramática diz que é assim”.

Assim, se as Gramáticas Normativas não contribuem para um ensino crítico e reflexivo que tem por objetivo o desenvolvimento da competência linguística do estudante de Ensino Fundamental e Médio, as Gramáticas Descritivas cumprem esse papel por descrever a Língua Portuguesa como ela é no Brasil com suas variedades mais notáveis. Entretanto, como nenhuma das Gramáticas Descritivas estudadas aqui tem como foco ser um material didático voltado para os alunos do ensino básico, esses manuais devem ser utilizados para consulta dos Professores de Língua Portuguesa, em especial a Gramática Propositiva de Bagno (2011) que traz uma abordagem didática.

Dessa forma, entende-se que o ensino de Gramática é importante, mas deve ser pautado nas variações linguísticas existentes na atualidade. Desenvolver, junto aos alunos, reflexões, críticas e observações sobre o Português Brasileiro, parecem ser o melhor caminho para se alcançar o letramento e a competência linguística dos estudantes de ensino básico.

Para isso, o professor deve assumir a postura de um pesquisador e propor que seus alunos assumam a mesma postura, pesquisando as variedades linguísticas e em quais contextos tais variedades são aplicadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto nesse estudo, conclui-se que as Gramáticas Normativas percebem a variação linguística como um aspecto estilístico de uso exclusivo de grandes escritores modernos e, às vezes, contemporâneos. Dessa forma, esses manuais acabam criando concepções preconceituosas e perpetuando ideias comuns sobre a dificuldade da Língua Portuguesa, que são perpassadas para o ensino, pois se privilegia o estudo tradicionalista da gramática. Em contrapartida, as Gramáticas Descritivas cumprem seu papel de descrever a língua em suas variedades, criando regras geradas pelos padrões de uso e suscitando questionamentos e reflexões que deveriam chegar às salas de aulas do Ensino básico e não ficar restrito aos estudos universitários.

Nota-se que apesar do estudo aqui apresentado tratar de um aspecto de grande relevância, a mesma não esgota o tema. Assim, fica a título de sugestão, a realização de estudos complementares sobre como as gramáticas escolares trabalham os fenômenos apresentados para que se possa compreender como os conteúdos são trabalhados e se essas gramáticas consideram os aspectos referentes a variação linguística e contexto. Outro estudo que também pode ser realizado é o das preposições que são utilizadas para introduzir os *objetos diretos* e qual a funcionalidades desses conectivos nessas sentenças em oposição aos *objetos indiretos* que aparecem sem a preposição para que se tenha uma maior compreensão das motivações sintáticas e semânticas dos falantes.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Irandé C. **O que as gramáticas ensinam?** In: ANTUNES, Irandé C. Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

ANTUNES, Irandé C. **Um novo padrão gramatical não se justifica prioritariamente pelos manuais.** In: ANTUNES, Irandé C. Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. **Gramática Tradicional e senso comum.** In: BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa. Tradição gramatical, mídia e exclusão social.* São Paulo: Ed Loyola, 2000.

_____. **Nada na Língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa.** 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

_____. **O Ensino de Gramática:** opressão? liberdade? 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BIZZOCHI, Aldo. **Ataque da Norma Culta.** Revista Língua, ano 6, n. 70, agosto de 2011. Disponível em: www.registalingua.com.br.

BORRALHO, Thamiris Abrão; BARBOSA, Juliana Bertucci. **O processo de mudança das preposições dos verbos ir e vir, entre sincronias, no português escrito de Uberaba.** Anais do SIELP, v. 02, n. 01, Uberlândia: EDUFU, 2012.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **O professor pesquisador:** introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

CARVALHO, José Augusto. **A regularidade do tropeço.** Revista Língua Portuguesa, 2012.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **O problema da gramaticalização das preposições no projeto para a história do português brasileiro.** Estudos Linguísticos XXXIII, pp. 982-988, 2004.

_____. **Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa.** In: BAGNO, Marcos (Org.) *Linguística da norma.* São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 27-36.

CEGALLA, Domingos Paschoal. 48. ed. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Nacional, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português.** 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica:** uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FONSECA, Janaína Zaidan Bicalho; MARTINS, Edson Ferreira. **Estudo regencial do verbo assistir: uma análise variacionista**. Anais V, Congresso de Letras: Discurso e Identidade Cultural. Caratinga: FUNEC Editora, 2005.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GÖRDSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. **Variação linguística e ensino de gramática**. Work. Pap. Linguística, 10 (1), pp. 73-91, Florianópolis, jan/jun, 2009.

ILARI, R.; BASSO, R. **Português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008.

LUCCHESI, Dante. **Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro**. Revista da ABRALIN, vol. V, n. 1 e 2, 2006, p. 83-112.

MACHADO, Josué. **A nova era das Gramáticas**. Revista Língua Portuguesa, 2010.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA NEVES, Maria H. de. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. **A natureza da disciplina gramática – Visão histórica**. In: NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2009.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de; DURIGAN, Marlene. **Gramática da variação ou variação da gramática?** Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/pgletras/docentes/dercir/GRAM%C1TICA%20DA%20VARIA%C7%C3O%20OU.pdf>. Acesso em jan. 2013.

PERINI, Mario A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Gramática Descritiva do Português**. 4. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

_____. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Sinal de Mudança**. Revista Língua Portuguesa, 2011.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RODRIGUES, Tiago de Aguiar. **Buscando sentido para a pesquisa e o ensino de regência verbal: uma abordagem funcional-cognitiva**. Brasília: UnB, 2011 [Tese].

SAID ALI, Manoel. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

SCHERRE, Maria Marta Ferreira; Naro, Anthony J. **Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português**. Fórum Linguístico, Florianópolis, n. 1, pp. 45-71, jul/dez, 1998.

SILVA, Myrian Barbosa da. **A escola, a gramática e a norma**. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Concordância verbal**. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009.